ASSEMBLEIA

DOCUMENTO VAI REDISCUTIR DIVISA COM O PARÁ

Página - 3

SORRISO

MAURO MENDES VEM HOJE INAUGURAR DELEGACIA

Página - 2

FAPEMAT E UNEMAT

300 BOLSAS DE PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

Página - 4

DIÁRIO DO ESTADO

SEXTA-FEIRA

O JORNAL DIÁRIO DO ESTADO DO MATO GROSSO

19 de maio de 2023 Ano IV - Edição 1046 - R$ 3,00 | Informações: **66 3535-1000** | **www.diariodoestadomt.com.br** | **Fundado em 2019**

Manhã | Tarde | Noite

Máx **33** | Mín **19**

WEBSITE

REPRODUÇÃO

Nova Rota do Oeste elenca apresenta a Rodovia dos Imigrantes como prioridade

A retomada das obras na BR-163 por parte da Concessionária Nova Rota do Oeste, após a troca de controle para a MT Par, prevê o endereçamento dos principais pontos críticos da rodovia ao longo dos três primeiros anos de trabalho.

Página - 7

Soja (saca 60Kg) Venda

Sinop	R$ 147,00
Sorriso	R$ 147,00
Lucas R. Verde	R$ 148,00
Nova Mutum	R$ 149,00
Rondonópolis	R$ 152,00

Fonte: IMEA

Milho (saca 60Kg) Venda

Sinop	R$ 58,50
Sorriso	R$ 59,00
Lucas R. Verde	R$ 58,80
Nova Mutum	R$ 59,30
Rondonópolis	R$ 60,90

Fonte: IMEA

Arroz (saca 60Kg) Venda

Sinop
Arroz Sequeiro Cultivar
Primavera ..... R$ 125,00

Sorriso
Arroz Sequeiro Cultivar
Primavera ..... R$ 125,00

Fonte: AGROLINK

Algodão

Cuiabá	R$ 122,65
Sorriso	R$ 121,93
Lucas R. Verde	R$ 122,07
Nova Mutum	R$ 122,27
Rondonópolis	R$ 123,13

Fonte: IMEA

Boi Gordo (Compra comercial)

Sinop	R$ 250,67
Nova Mutum	R$ 252,50
Rondonópolis	R$ 250,00

Fonte: IMEA

Índice de preços

Cesta Básica	R$ 523,60

Fonte: IMEA

Cotações

Dólar
+0,69%
R$ 4,9679

Bovespa
+1,17 %
109.459,95 pts

Euro
+0,06%
R$ 5,3515

Selic
(13,75% a.a)

Salário mínimo
R$ 1.320

ASSESSORIA

SOJA

Tecnologia microbiológica: produtividade de até 2,8 sc/ha

A Secretaria Estadual de Saúde, em parceria com diversas instituições, lançou a II Semana Mato-grossense de Doação de Leite Humano. Durante a abertura do evento, mães relataram os desafios da amamentação e a importância da doação de leite humano para a saúde dos bebês hospitalizados nas UTI neonatais.

Página - 8

DE SORRISO

Karatecas disputam Estadual em Cuiabá

DIVULGAÇÃO

Os karatecas sorrisenses Graziele Araújo e Anthony Giovani viajam para participarem do Campeonato Estadual de Karatê. A competição acontece sábado e domingo (20 e 21), no Ginásio Aecim Tocantins, em Cuiabá.

Página - 6

ASSESSORIA

Importância do leite humano Na saúde dos bebês

A Secretaria Estadual de Saúde, em parceria com diversas instituições, lançou a II Semana Mato-grossense de Doação de Leite Humano. Durante a abertura do evento, mães relataram os desafios da amamentação e a importância da doação de leite humano para a saúde dos bebês hospitalizados nas UTI neonatais.

Página - 8

Editorial

Política desajustada

Foram semanas ruins para o governo no Congresso. A base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) exibiu todo o seu desajuste quando se viu diante de votações que, para além de seu significado intrínseco, representavam também os primeiros testes de fidelidade.

Os sinais de descoordenação despontaram com o projeto de lei 2.630/2020, apelidado de PL das Fake News. Em meio a ampla pressão das big techs e de parte da opinião pública, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sentiu o risco de derrota no ar e adiou a votação a fim de evitar um vexame.

Em seguida veio o marco do saneamento: a Câmara houve por bem derrubar mudanças baixadas por decretos de Lula. Espanta, nesse caso, menos o resultado em si —as alterações constituíam verdadeiros retrocessos— do que o placar, 295 a 136 contra o governo.

Do ponto de vista do Palácio do Planalto, são dois reveses cujo sabor amargo resta pouco adocicado por vitórias como a manobra para garantir maioria governista na CPI do 8 de janeiro ou a aprovação, pelo Senado, da medida provisória que modifica regras na tributação de multinacionais.

Ainda que esses dois êxitos indiquem alguma capacidade de articulação da base lulista, eles não escondem a dificuldade de fundo deste governo. Uma coisa é vencer discussões pontuais; outra, bem diferente, é conquistar maioria quando se trata de debater iniciativas legislativas mais abrangentes.

Não há melhor exemplo do que o projeto da nova regra fiscal, ferramenta voltada ao controle da dívida pública brasileira. Chegou-se a projetar sua votação para o dia 10, mas o governo não conseguiu consenso em torno da proposta.

No intuito de aparar essas arestas, o Palácio do Planalto conduziu na quarta-feira (10) reuniões com representantes de dois partidos da base, o PSB e o PSD. Se o governo cobrou mais apoio no Congresso, os representantes das legendas pediram a liberação de cargos e do dinheiro de emendas. São demandas antigas na política, mas, nos últimos anos, ganharam nova relevância. De um lado, porque Lira descobriu como carrear verbas para as bases eleitorais dos deputados; de outro, porque as redes sociais permitem ao parlamentar alardear suas obras.

Lula e seus articuladores talvez não se tenham dado conta disso. Parecem imaginar que podem fazer política como há 20 anos, quando subiram a rampa pela primeira vez.

Se o governo federal pretende melhorar sua relação com o Congresso, precisará indicar com mais clareza o rumo que vai tomar —e terá de garantir que esse rumo seja confortável para os parlamentares, pois, do contrário, eles escolherão seu próprio caminho.

> “Ainda que esses dois êxitos indiquem alguma capacidade de articulação da base lulista, eles não escondem a **dificuldade de fundo** deste governo”

Ranking dos Políticos - Facebook

IMAGEM DO DIA

Crédito: Divulgação

A perícia realizada no corpo do caminhoneiro envolvido em um acidente na manhã de quarta (17), na BR-364, na Serra de São Vicente, em Santo Antônio do Leverger, constatou que ele morreu esfaqueado e não em decorrência de uma colisão entre os veículos. A informação foi confirmada pela Politec. “Descendo a serra para chegar em Cuiabá, brigaram no rádio, aí se bateram em tudo lá. Aí um pegou a faca e esfaqueou o outro, matou o outro dentro do caminhão”, contou uma pessoa no áudio que circulou nas redes sociais. O acidente aconteceu no km 346, envolvendo quatro veículos, sendo uma caminhonete e três carretas. Nenhum dos demais condutores ficaram feridos. Não foi divulgado se o assassino chegou a ser preso pela Polícia Rodoviária Federal. A Polícia Civil investiga o caso.

DELEGACIA EM SORRISO

O governador Mauro Mendes entrega hoje (19) a nova delegacia de Sorriso. Ele chega às 8h e participa da inauguração da Escola Municipal São Domingos. A partir das 8h30, vistoria as novas instalações da delegacia e entrega oficialmente a unidade. Durante o evento, também será assinado convênio do programa Vigia Mais MT, que destinará câmeras de monitoramento para reforçar a segurança pública do município. Após a solenidade, às 10h, o governador atenderá a imprensa. As novas instalações da Delegacia de Sorriso buscam a melhoria das condições de trabalho dos servidores e a qualidade de atendimento ao cidadão nos serviços prestados pela instituição. A obra foi custeada com recursos oriundos de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrado pelo Ministério Público Estadual com empresas do município e a Prefeitura de Sorriso. A nova estrutura também abrigará o Núcleo de Atendimento à Violência Doméstica, que terá acesso independente, buscando a privacidade das vítimas em ambiente adequado para atendimento.

VINGANÇA

A deputada estadual Janaina Riva classificou “vingança” a cassação o mandato de deputado federal Deltan Dallagnol. O parlamentar perdeu o registro de candidatura por decisão unânime do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Para Janaina, a cassação seria um indicativo de revanchismo da esquerda, já que Dallagnol era ex-coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato. “Existem governos hoje que trabalham com vingança. A gente viu isso acontecer na gestão do Bolsonaro, a gente está vendo o mesmo acontecer na gestão do Lula”, afirmou. “É muito ruim. Ninguém suporta mais esse radicalismo, tanto de direita e a mesma coisa com Lula, que vemos tomando as mesmas iniciativas. [...] É algo que temos que discutir, no passado eram os de esquerda que padeciam na Justiça e agora são os de direita”, completou.

ELEIÇÕES 2024

O primeiro-secretário da Assembleia legislativa, Max Russi foi a Brasília na quarta (17) para se reunir com o presidente n acionaldo PSB, Carlos Siqueira. O objetivo é discutir uma possível federação da sigla com o PDT e o Solidariedade. Max, que é presidente do PSB Mato Grosso, visa ampliar o número de cadeiras nas câmaras municipais e prefeituras do Estado. Hoje, a sigla é considerada uma das maiores do Estado.

I.N.T.E.R.L.I.G.A.D.O

POR LEANDRO CARECA

E o plano B?

Para encerrar o assunto dos últimos artigos, sobre emprestar coisas, vou falar sobre algo que me chama muito a atenção: a pessoa contar com algo emprestado, sem saber se o outro vai emprestar, e não ter um “plano B” caso a resposta, por algum motivo, seja negativa.

Me lembro, inclusive, de um caso onde uma pessoa conhecida me ligou, em um fim de tarde de domingo, para me pedir uma mala emprestada. Eu, que sempre viajava, seguramente teria, na visão da pessoa, uma mala disponível para emprestar por nada menos que 15 dias.

O “projeto” já começou mal fundamentado, afinal, se eu viajava com muita frequência, teria grandes chances de precisar da mala em um intervalo menor que o necessário para o empréstimo. Mas, claro, quem precisava fez questão de não contar com essa possibilidade, tanto que o contato com o pedido foi feito apenas algumas horas antes do seu horário de embarque para a viagem.

Acontece que, naquele momento, o cenário estava bem negativo para quem queria minha mala emprestada: ela (a mala) estava comigo, cerca de 2.200 km de distância, em um serviço investigativo, com previsão de retorno para cerca de uma semana após o contato. Em outras palavras, sem qualquer chance de ajudar.

Foi então que a pessoa entrou em visível desconforto durante a chamada, me dizendo que eu “precisava”, a todo custo, ajudar na busca de alguém que pudesse emprestar a tal mala, visto que ela contou comigo e eu não pude ajudar. Oras, quem, em sã consciência, conta com algo que é do outro, sabendo que o outro usa com frequência, deixa para pedir na última hora e não se preocupa em ter um plano alternativo para colocar em prática caso a estratégia dê errado?

Na agitação do serviço que estava fazendo (serviço investigativo tem momentos extremamente intensos) pensei em algumas pessoas, não me lembrei de ninguém que pudesse ajudar e falei que, infelizmente, não poderia fazer nada no caso. Resultado? Nunca mais falou comigo. Dá para acreditar?

E a gente vai ficando por aqui. Suas opiniões, sugestões e críticas são muito importantes, e você pode entrar em contato pelos fones (66) 99971-6500, (11) 98632-6500 ou pelo e-mail, lsmussi@hotmail.com. Do mais um grande abraço, e até a próxima, se Deus quiser!

CLIC FINAL

É impressionante como algumas pessoas transferem para os “ombros” alheios a responsabilidade por suas falhas de planejamento. Se você tem uma urgência tudo bem, afinal, muita coisa acontece sem que estejamos devidamente preparados, mas em algo que deve ser organizado com antecedência, o mínimo que se espera é que você se organize e tenha o controle da situação.

Nasceste predestinado

NASCESTE PREDESTINADO

> Creio que seja um misto de ambos, porque as duas partes possuem parcela relevante quando o assunto é desvalorização **do debutante** da elite do futebol brasileiro

A aproximadamente três anos que uma das teorias de Alfred Adler tem se convertido na prática aqui pelas bandas do centro-oeste brasileiro. Curioso é que não é o protagonista que sente os sintomas, mas sim os coprotagonistas.

É atribuído a Adler os estudos sobre o complexo de inferioridade, que aqui no texto denominarei de síndrome de pequenez, que segundo ele é um sentimento enraizado na experiência de fraqueza, desamparo, dependência por outrem, e intensificada por comparações com outros.

Pois bem, após mais de três décadas o estado de Mato Grosso voltou a ter um time na elite do futebol brasileiro e de uns três anos para cá tenho ouvido com certo grau de superlatividade, seja de amigos, torcedores cuiabanistas, amantes do futebol, da imprensa local e mais ainda da imprensa nacional de que o time do Cuiabá está com os dias contados para o descenso.

Por que isso acontece? Seria o time cuiabanista, realmente, mero coadjuvante diante de gigantes do futebol? Tal qual, coadjuvante por coadjuvante, o que dizer então, nos dias atuais, de times como Goiás, América, Coritiba, Bahia, RB Bragantino e até mesmo Vasco da Gama? Ou seria pequenez por parte da própria estrutura do time do Cuiabá e de seus torcedores?

Creio que seja um misto de ambos, porque as duas partes possuem parcela relevante quando o assunto é desvalorização do debutante da elite do futebol brasileiro.

Vejamos, os torcedores ao invés de enaltecer, orgulhar-se, ficar feliz, convidar familiares e amigos para ir à Arena Pantanal para torcer e defender o Dourado e até mesmo para aporrinhar o árbitro e adversário. Não. Ele prefere assistir os jogos passivamente.

As vezes chego a pensar que aquilo seja um templo religioso, tamanho é o silêncio do torcedor cuiabanista. No jogo entre Cuiabá e Grêmio, o painel eletrônico da Arena divulgou pouco mais 22 mil torcedores, desses, pouco mais 2 mil eram torcedores do time gaúcho e curiosamente esses poucos gremistas faziam mais barulho do que os 20 mil cuiabanistas.

A síndrome de pequenez é ruim. Temos que parar com a verbalização do tipo “dessa vez o time cai”, “esse ano não escapa” e tantas outras falas pejorativas. Tal comportamento, por parte de muitos, prejudica deleteriamente aquele que está proporcionando momentos de alegria, distração e levando o nome da Cidade e do estado de Mato Grosso para o cenário mundial, pois o campeonato brasileiro da Série “A” será transmitido, em 2023, para mais de 145 países.

Os torcedores e demais envolvidos tem que pensar que o Cuiabá é um time com pouco mais de 20 anos de idade, jogando contra times centenários de tradições seculares.

E mesmo com toda essa jovialidade, tem brigado firme e forte até de igual para igual contra os gigantes. A diretoria do Dourado, às vezes, merece elogios face sua visão empreendedora. Erra? Claro que erra. Assim, como erra a diretoria do Flamengo, como erra a diretoria do Palmeiras, como errou a diretoria do Atlético Mineiro e tantas outras. Então, ao invés de criticarmos, vamos dar nossa parcela de colaboração indo à Arena para incentivar nosso representante na elite do futebol.

Pois, o povo mato-grossense foi durante 36 anos, desde a época do Operário várzea-grandense, carente de um time na elite do futebol nacional. E quando esse tabu é quebrado, o que acontece? Há 3 anos o que se vê é uma Arena praticamente vazia.

Então, que fique a reflexão para extirparmos a síndrome de pequenez e que imprensa, torcedor e dirigentes do nosso Dourado passem a pensar grande assim como é o Cuiabá Esporte Clube. Oxalá! Quero ver o Cuiabá novamente o ano que vem na Série “A”, quiçá na Copa Libertadores da América.

CLAITON CAVALCANTE É CONTADOR

EXPEDIENTE

DIÁRIO DO ESTADO
O JORNAL DIÁRIO DO ESTADO DO MATO GROSSO

DIARIO DO ESTADO MT GRAFICA E EDITORA LTDA
CNPJ: 22.770.157/0001-39

Diário do Estado de Mato Grosso

SINOP
Rua dos Angelins, 10 Sala 02 – Jardim das Oliveiras – Sinop-MT
CEP 78552-442 Caixa Postal 180

CUIABÁ
Rua dos Angelins, 10 Sala 02 – Jardim das Oliveiras – Sinop-MT
CEP 78552-442 Caixa Postal 180

Diretor-Geral
Carlos Oliveira

Diretor de Redação
José Roberto Gonçalves

Editor de Política
Clemerson Mendes

Diagramação e Artes
Thiago Slovinski

E-mails
atendimento@diariodoestadomt.com.br
comercial@diariodoestadomt.com.br
redacao@diariodoestadomt.com.br
Fone: 66 **3535-1000**

OS ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS POR COLABORADORES SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES

ASSINATURAS
Sinop - R$ 600,00 anual
Outras cidades - R$ 800,00 anual

www.diariodoestadomt.com.br

Assembleia prepara documento Para rediscutir divisa com o Pará

IMBRÓGLIO. Mato Grosso pode ter incorporado 5 municípios do Pará e parte da Serra do Cachimbo

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A divisa Mato Grosso/Pará voltou a ser discutida, nos últimos meses, entre os deputados mato-grossenses e vem ganhando notoriedade após a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa realizar um estudo, por meio da Procuradoria Geral da Casa, demonstrando o prejuízo econômico sofrido pelos nove municípios que fazem parte da área.

O documento está pronto e será apresentado pela Procuradoria aos parlamentares nas próximas semanas. A presidente em exercício, deputada Janaina Riva (MDB), assinou o pedido da Assembleia para ingressar como "amicus curiae" na ação que discute a divisão de terras entre os dois estados.

Vale destacar que a divisa MT/PA foi definida em 1900 - através de uma convenção firmada entre Mato Grosso, Pará e o Governo Federal - a partir de trabalhos desenvolvidos à época pelo marechal Cândido Rondon.

Na ocasião, foi definido como ponto de partida para essa delimitação a margem esquerda do rio Araguaia, no extremo esquerdo da Ilha do Bananal, e o Salto das Sete Quedas, no rio Teles Pires.

Nesta semana, Janaina assinou o pedido da ação que discute a divisão de terras entre os dois estados, onde há uma disputa por mais de 2,2 milhões hectares da área.

"A Assembleia pede aos municípios dessa disputa, que são Alta Floresta, Guarantã do Norte, Matupá, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto do Azevedo, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha e Vila Rica, que também solicitem habilitação no processo por meio das câmaras municipais e através das prefeituras, para que possamos mostrar a relevância dessa disputa de terra para o estado de Mato Grosso", lembrou.

POLÊMICA CENTENÁRIA

É bom lembrar que a polêmica começou em 1922. Na ocasião, durante a elaboração da 1ª Coleção Internacional de Cartas (Mapas), uma equipe do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro trocou o nome Salto das Sete Quedas por Cachoeira das Sete Quedas. O equívoco alterou o ponto-limite da fronteira em 2,4 milhões de hectares para dentro do território mato-grossense em relação à convenção firmada.

"Nós temos várias terras produtivas nessa região e um estudo feito pela Assembleia demonstra o pertencimento dos cidadãos que ali vivem em Mato Grosso, de querer pertencer a esse estado. Existe toda uma discussão sobre rebanho bovino, controle animal, e outras economias, por isso queremos que essa área retorne à Mato Grosso", destaca a deputada.

De acordo com o procurador da Assembleia, Bruno Willames Leite, a discussão sobre o assunto voltou à tona há três anos, quando a deputada se reuniu com os prefeitos dos nove municípios envolvidos na área.

"A Assembleia fez um estudo inédito que será apresentado dia 24 deste mês ao governador [Mauro Mendes] mostrando o prejuízo econômico que vem acontecendo naquela área. O que está sendo proposto é um pedido de ingresso "amicus curiae", por parte da Assembleia na ação recisória nº 2964. Essa ação é um desdobramento de um pedido de desconstituição do acórdão proferido na ação cível originária da ação 714", falou o procurador.

Leite explicou ainda que "essa ação foi proposta pelo Estado em 2004, pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), querendo discutir os limites dos estados de Mato Grosso e Pará, pela área de 2,2 milhões de hectares. Conforme o procurador, "infelizmente houve uma perícia oficial do Exército que replicou o equívoco de 1929 do corpo de engenharia do próprio Exército, havendo uma confusão na nomenclatura de dois acidentes geográficos, com a perícia sendo desfavorável", revelou ele.

No entanto, acredita Leite, dado o contexto econômico e geográfico da Assembleia, o Poder Legislativo vai apresentar uma perícia inédita apontando os problemas relacionados, como, controle sanitário, agrícola, pecuária, a questão antropológica da população que reside naquela região, e falha da ausência da logística viária.

Um desses prejuízos recai sobre os pecuaristas que residem na área de conflito. Como supostos habitantes do Pará - cuja região não é considerada área livre de aftosa - eles não podem exportar carne para os países europeus.

Além disso, alguns possuem títulos de propriedade expedidos pelo Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat) e os bancos não consideram os documentos para fins de financiamentos.

CONTESTAÇÃO

A Procuradoria Geral de Mato Grosso argumenta que no rio Teles Pires localiza-se o Salto das Sete Quedas, de onde parte uma linha reta e imaginária até o rio Araguaia. No mapa do estado, a região em litígio compreende o traçado cuja imagem faz menção à cabeça de um cachorro. Dados da Procuradoria informam que, à época de Rondon tinha-se como demarcação o nível denominado salto ou sete quedas, na região da divisa.

DIVISIONISMO

Com uma nova e eventual redistribuição dos limites da divisa, a Mato Grosso seriam incorporados cinco municípios do Pará e parte da Serra do Cachimbo.

FOTO: DIVULGAÇÃO

Nova e eventual redistribuição dos limites da divisa

DOIS TRECHOS

Ordens de serviço permitem recuperar 296 km na BR-364

DA REPORTAGEM

Duas ordens de serviço assinadas na última semana pelo Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, permitirão restauração e manutenção em 296 km da BR-364/MT, rodovia importante para o escoamento da produção agrícola das regiões Norte e Centro-Oeste do país pelos portos do litoral Sudeste.

Com as autorizações, ficam garantidos cerca de R$ 176 milhões em investimentos públicos para a retomada de obras que estavam paralisadas desde 2017 em dois segmentos da rodovia. As obras serão realizadas pelas equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Entre Alto Graças, cidade no Sul do estado, e a divisa de Goiás as intervenções prévias envolvem regularização do trecho, serviços de reciclagem, reforço estrutural e drenagem superficial. As obras vão do km 86,5 ao km 112,9 da BR-364/MT, contemplando um total de 26,4 quilômetros, e terão investimentos de R$ 61 milhões.

Já para recuperar a rodovia entre Comodoro e Sapezal, será retomado um contrato de restauração e manutenção (Crema), que prevê uma restauração mais completa da rodovia, com retirada do asfalto e até intervenções abaixo dele. São 270,5 quilômetros de obras, entre o km 994,8 e o km 1265,3 da rodovia. Com o investimento de R$ 115,1 milhões serão feitos serviços de recuperação/manutenção do pavimento das pistas de rolamento, serviços de fresagem e recuperação profunda, revitalizando todo o segmento.

As duas obras foram contratadas em 2017 e estavam paralisadas por falta de recursos.

FOTO: VOSMAR ROSA/MT

Estão garantidos cerca de R$ 176 milhões para obras

DO GOVERNO ESTADUAL

Sorriso recebe mais de R$ 386 mi de investimentos

DA REPORTAGEM

O Governo de Mato Grosso já investiu mais de R$ 386 milhões para o desenvolvimento de Sorriso (400 km de Cuiabá), por meio de melhorias na infraestrutura, saúde e educação, e investimentos em ações sociais, na segurança pública, cultura e no esporte. Apenas por meio da Secretaria de Infraestrutura e Logística (Sinfra) foram mais de R$ 276 milhões, entre obras e convênios, em benefício da população do município e região. Entre os principais investimentos está o asfaltamento de 54 quilômetros da MT-560. A obra, que está em andamento, recebe o aporte de R$ 62 milhões.

Também está em andamento a construção de duas pontes de concreto, sendo uma na MT-560 e outra na MT-140. A primeira tem 150 metros de extensão e recebeu investimento de R$ 6,9 milhões. Já a segunda, sobre o Rio Teles Pires VI, de 200 metros, teve o investimento de R$ 6,5 milhões. A Sinfra também firmou convênios com a Prefeitura de Sorriso para garantir melhorias para a população. Dentre os convênios estão previstos a readequação e ampliação do aeroporto municipal, no valor de R$ 7 milhões, e a transferência de mais de 18 mil lâmpadas de LED, no programa MT Iluminado.

Na área da Saúde são mais de R$ 60 milhões investidos na melhoria e modernização do Hospital Regional de Sorriso. As obras são realizadas em cinco etapas. A primeira, que reformou o Pronto Atendimento, UTI, recepção, cozinha e refeitório, já foi concluída, com investimento de R$ 13,8 milhões. As outras quatro etapas da reforma, que já estão em andamento, preveem melhorias no centro cirúrgico, enfermarias, ambulatórios, laboratórios, farmácia, nas alas A, B e lactária, na sala de tomografia, ala neo natal, administrativo, almoxarifado, ambientes de apoio e no abrigo de lixo. O investimento total é de R$ 15 milhões.

O Estado também tem investido para a realização de cirurgias eletivas e exames de alta complexidade no Hospital Regional. Até o momento, convênio firmado com o município garantiu R$ 22,7 milhões para 14,1 mil cirurgias e 10,3 mil exames. Já na educação foram mais de R$ 31 milhões investidos para construção de duas novas escolas estaduais, além da Escola Técnica Estadual, que ainda está em construção.

O valor também inclui a entrega de seis novos ônibus escolares, compra de mobiliários e equipamentos, e reformas em unidades escolares.

FOTO: RODOLFO PERDIGÃO

Recursos foram destinados para obras de infraestrutura e escolas

SINOP

Sapataria ortopédica da prefeitura auxilia pacientes

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Secretaria de Saúde tem realizado o atendimento de pacientes com necessidades motoras e de reabilitação, através da "Sapataria Ortopédica", que funciona dentro do Centro Integrado de Atendimento André Maggi (CIA), de segunda a sexta-feira das 7h às 13h. Atualmente são mais de 1 mil pacientes em tratamento na Unidade Municipal de Reabilitação (UMR), que atende pessoas com diagnóstico de hanseníase, diabetes, pé plano, pé cavo, com esporão de calcâneo, entre outras necessidades especiais.

Para receber o atendimento na sapataria é preciso ter encaminhamento médico, ou seja, em caso de dores nos pés, no joelho, quadril e até mesmo na coluna e dificuldade para andar, pode ser indicativo de problema ortopédico, nesse caso procure a Unidade Básica de Saúde mais próxima e faça uma consulta. Foi esse o processo que a dona de casa Regiane Brito fez. Ela levou o filho de quatros, que se queixava de dores no joelho até a UBS, e em seguida com encaminhamento foi até a UMR, onde o pequeno Vitor foi avaliado, e já saiu de lá com as palmilhas adaptadas que foram feitas exclusivamente para ele. "É um serviço muito útil, principalmente para quem não tem condições de passar pelo ortopedista e fazer a palmilha. É um serviço que a prefeitura oferece e com ótimos profissionais. No caso do meu filho descobrimos cedo, e agora ele vai desenvolvendo e as palmilhas sendo trocadas e será acompanhando", enalteceu Regiane. Na unidade são confeccionadas de forma gratuita, palmilhas e dorsiflexores fabricados sob medida, de acordo com a necessidade de cada paciente, que passa por avaliação do fisioterapeuta e técnico ortopedista, e além disso são realizadas adaptações e pequenos consertos.

O fisioterapeuta e responsável pela sapataria, Paulo Beger, ressalta a importância do retorno para acompanhar a evolução do tratamento. "O paciente precisa trocar a cada seis meses, no máximo um ano, as palmilhas, ou mesmo o dorsiflexor. Além disso, será feita avaliação de pisadas, testes de equilíbrio, mobilidade entre outros, e verificar as melhoras, fazendo substituição dos acessórios para dar sequência ao tratamento", pontuou.

FOTO: RENAN SOUZA

Objetivo é levar conforto e melhor qualidade de vida aos pacientes

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2023
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2023
Tipo: Menor Preço Por Item

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Novo Mundo – MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 388/2022, de 02/12/2022, torna público aos interessados que a licitação, para AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E CARRETA PRANCHA EM ATENDIMENTO AS SECRETÁRIAS DE OBRAS E AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO – MT, conforme especificações do Edital de Licitação

A data do presente Pregão será 05/06/2023
Recebimento das Propostas: A Partir do dia 05/06/2023
Do encerramento das Propostas: Dia 05/06/2023 às 09:00 horas. (Horário de Brasília - DF)
Data de Abertura das Propostas: Dia 05/06/2023, às 09:30 horas. (Horário de Brasília - DF)
Início da Sessão de Disputa: Dia 05/06/2023, às 10:00 horas. (Horário de Brasília - DF)
A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 07H00min às 11H00min, no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br e no site: www.bll.org.br.

Novo Mundo, MT,18 de maio de 2023

Rose Marlei Blotz
Pregoeira Oficial

Antônio Mafini
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 050/2023
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 013/2023

Tipo: Menor Preço Por Item

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada por sua Pregoeira Oficial designada pela Portaria nº. 388/2022, de 02/12/2022, torna público aos interessados que realizará licitação no dia 02/06/2023 às 08H00, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM EXAMES DE SOROLOGIA E EXAMES LABORATORIAIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO MT, conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações das 07H00min às 11H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br

Novo Mundo, MT, 22 de maio de 2023
.
Rose Marlei Blotz
Pregoeira Oficial

Antônio Mafini
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DED COLÍDER-MT
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO
Nº 004/2023

OBJETO: CREDENCIAMENTO de empresas que tenham interesse na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM PROCEDIMENTOS CLÍNICOS VETERINÁRIOS E EXAMES LABORATORIAIS VETERINÁRIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DE ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE COLIDER/MT. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e Requerimento de Credenciamento a partir do dia 19/05/2023, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Colider/MT, situada na Travessa dos Parecis, nº 85 – Setor Leste, sendo que a abertura dos envelopes ocorrerá às 07:30hs/min do dia 09/06/2023. LOCAL DA ABERTURA: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider/MT, Travessa dos Parecis, 85, Setor Leste – CEP. 78.500-000 – Colider/MT, Telefone: 3541-6300. AQUISIÇÃO DO EDITAL: Site: www.colider.mt.gov.br (Ícone: Cidadão - Portal Transparência - Licitações). INFORMAÇÕES: Secretaria Municipal de Assuntos Fundiários e Meio Ambiente e Prefeitura Municipal de Colider/MT – (66) 3541-6300.

Colíder/MT, 18 de maio de 2023.

MARCIO ANTONIO DA SILVA
Presidente da CPL

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER-MT
ATOS DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2023

A Prefeitura Municipal de Colíder/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o **RESULTADO** do julgamento referente ao **Pregão Eletrônico nº 020/2023**, cujo objeto é a **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ODONTOLOGIA NA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS DE FORMA A COMPLEMENTAR A COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, À PACIENTES ACOMPANHADOS PELAS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT".**

Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESAS	ITENS	VL. TOTAL (R$)
MARCELA BRAUN ME - 17.934.633/0001-70	01, 02, 03 e 04	274.900,00

Colíder/MT, 18 de maio de 2023.

MARCIO ANTONIO DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER-MT
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2023

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o **RESULTADO** do julgamento referente ao **Pregão Presencial nº 019/2023**, Tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE MESAS E CADEIRAS, CAIXA TÉRMICA E AQUISIÇÃO DE GELO PARA EVENTOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE COLIDER-MT**. Sagraram-se vencedoras as seguinte empresas:

EMPRESA	ITENS	VALOR TOTAL
PLANTÃO GELADO COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA – 41.013.187/0001-45	01 e 02	28.950,00
MILHEIRO TRANSPORTES LTDA – 08.770.853/0001-14	03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12	408.264,50

Colíder/MT, 18 de maio de 2023.

MARCIO ANTONIO DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER-MT
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2023

O Sr. HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, comunica a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICOU, conforme disposto no art. 26 da Lei 8666/93, com fulcro no Artigo 24 inciso V da Lei Federal 8.666/93 atualizada através do Decreto Federal nº 9.412/2018, a DISPENSA DE LICITAÇÃO a favor contratação de IONBRAS COMERCIO DE PRODUTOS PRA SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.994.181/0001-30, para fornecimento de kits/reagentes e insumos de laboratório para o equipamento de Analisador de Íons / Eletrólitos modelo 103 AP Auto Básico da marca Inbras, aparelho pertencente ao laboratório da Secretaria Municipal de Saúde de Colíder-MT no valor de R$ 50.034,00 (cinquenta mil, e trinta e quatro reais). Dê-se ciência desta decisão aos interessados, providencie-se a celebração do necessário contrato, e o empenhamento da despesa na dotação do orçamento vigente, e publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme estabelecido no art. 26 da já citada lei, para fins de eficácia da RATIFICAÇÃO aqui proferida.
Colider/MT, 16 de maio de 2023.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO
Prefeito Municipal

Publique-se

O ESTADO DE MATO GROSSO TEM UM NOVO JORNAL | DIÁRIO DO ESTADO (66) 3535 - 1000

Governo de Confresa
Participar para cuidar! 2021/2024

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2023.
PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 024/2023.

A Prefeitura Municipal de CONFRESA/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 024/2023**, conforme segue:

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PISCINA COM ACESSÓRIOS E INSTALAÇÃO POR CONTA DA PARTE CONTRATADA. EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT.

ADJUDICADOS/HOMOLOGADOS:

EMPRESA:

WENDER FEITOZA BECKMAN LTDA
CNPJ: 27.596.187/0001-94
END: AV GAMELEIRA, QUADRA 111, LOTE 01, s/n, JARDIM DO EDEN
CIDADE: CONFRESA - MT
CEP: 78.652-000
FONE: (66) 3564-1483
E-MAIL: ENGCON.ENGENHARIALTDA@GMAIL.COM

Vencedora do único item do certame no valor global de R$ 155.634,00 (Cento e Cinquenta e Cinco Mil e Seiscentos e Trinta e Quatro Reais).

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que as empresas atenderam todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

CONFRESA-MT, 18 de MAIO de 2023.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA
PREGOEIRO
PORTARIA 007/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA - MT

AVISO DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2023
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2023
Processo Administrativo Licitatório Nº 153/2023

A Prefeitura Municipal de SANTA CARMEM, através da Pregoeira e equipe de apoio, nomeada através da portaria Nº 24/2023, torna público para conhecimento dos interessados, que na licitação modalidade de PREGÃO PRESENCIAL 16/2023 – SRP 20/2023, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA AS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SANTA CARMEM Com abertura marcada para o dia 18/04/2023 e homologada no dia 18/05/2023, teve como vencedor a empresa:

- CARMEM MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP, cadastrada no CNPJ 11.204.470/0001-93, por apresentar o valor de R$ 123.967,70 (cento e vinte e três mil, novecentos e sessenta e sete reais e setenta centavos).
- F LUZ ATACADISTA MATERIAL LTDA, cadastrada no CNPJ 48.687.778/0001-47, por apresentar o valor de R$ 37.266,77 (trinta e sete mil, duzentos e sessenta e seis reais e setenta e sete centavos).
- GOIAS LED MATERIAIS ELETRICOS E CONSTRUCAO LTDA, cadastrada no CNPJ 27.927.653/0001-77, por apresentar o valor de R$ 62.043,08 (sessenta e dois mil, quarenta e três reais e oito centavos).
- M BORTOLAS LTDA ME, cadastrada no CNPJ 01.070.459/0001-24, por apresentar o valor de R$ 474.397,20 (quatrocentos e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e sete reais e vinte centavos).
- MENDONCA JUNIOR COMERCIAL LTDA, cadastrada no CNPJ 44.873.952/0001-95, por apresentar o valor de R$ 17.235,73 (dezessete mil, duzentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos).
- MERCADÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS LTDA, cadastrada no CNPJ 10.373.046/0001-00, por apresentar o valor de R$ 121.856,28 (cento e vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos).
- MODESTO COMERCIO LTDA, cadastrada no CNPJ 47.250.079/0001-72, por apresentar o valor de R$ 12.022,08 (doze mil, vinte e dois reais e oito centavos).
- MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI`S LTDA - EPP, cadastrada no CNPJ 14.888.303/0001-05, por apresentar o valor de R$ 144.062,14 (cento e quarenta e quatro mil, sessenta e dois reais e quatorze centavos).
- STAR PRIME LTDA, cadastrada no CNPJ 31.395.164/0001-99, por apresentar o valor de R$ 58.167,59 (cinquenta e oito mil, cento e sessenta e sete reais e cinquenta e nove centavos).

Santa Carmem, 18 de maio de 2023.

MAITÊ SEHNEM
Pregoeira - Portaria nº 24/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 019/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através de seu pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal nº 239 de 07 de fevereiro de 2022, faz saber que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico - SRP nº 019/2023, regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 096/2022, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para seleção da melhor proposta pelo Menor Preço Por Item objetivando: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECARGAS DE CILINDROS DE OXIGÊNIO GÁS MEDICINAL E NITROGÊNIO LÍQUIDO REFRIGERADO, PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE, AMBULÂNCIAS E TRATAMENTO DOMICILIAR DE PACIENTES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA". Início da Sessão será dia 02/06/2023 - Horário: 13:30 horas (horário de Brasília). Acolhimento das propostas eletrônicas: das 08:00 horas do dia 18/05/2023 às 18:00 horas do dia 01/06/2023 através do site www.bll.org.br. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço abaixo ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br e no site www.bll.org.br. Informações pelo telefone: (66) 3575-5100 ou na Sala de Licitações no Paço Municipal Milton José Santana, situado a Rua Ministro César Cals, nº 226, Centro, Peixoto de Azevedo/MT, CEP: 78.530-000 e também pelo suporte da BLL (41) 3042-9909.

Peixoto de Azevedo/MT, 17 de maio de 2023.

Thiago Pereira da Silva
Pregoeiro Oficial

CUIDAR DE VOCÊ. ESSE É O PLANO.
Unimed Norte do Mato Grosso

Unimed Norte de Mato Grosso Cooperativa de Trabalho Médico, inscrita no CNPJ/MF sob nº 73.967.085/0001-55, com sede a Rua das Alpinas, nº 679, Jardim Maringá, na cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso, vem por meio desta, e após tentativa frustrada de localização, vem NOTIFICAR os beneficiários abaixo relacionados, a comparecerem na sede desta cooperativa no prazo máximo de (05) cinco dias a contar da data desta publicação, para que possam regularizar suas situações junto a esta empresa. Sendo estes os beneficiários:

CONTRATO	CPF/CNPJ/CAEPF
279002800387500	025.157.671
279361100	02.795.507/0001
279128100	19.235.254/0001
279002800598500	053.881.161
279244400	37.302.441/0001
279002900072000	055.830.491
279002800962900	861.910.801
279002702096300	011.183.700
279421700	46.660.386/0001

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - MT
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023

O Município de Vera – MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 029/2023, torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às 08h00min. (Horário Local), do dia 06 de Junho de 2023, abertura da TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, sob regime execução INDIRETA – EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (POSTE DECORATIVO COM LÂMPADA DE LED) NOS CANTEIROS CENTRAIS DAS AVENIDAS OTAWA, LA PAZ E MANAGUA NO MUNICÍPIO DE VERA – MT. O edital completo poderá ser retirado no endereço eletrônico www.vera.mt.gov.br, ou ainda na Prefeitura Municipal de Vera - MT, no Departamento de Licitações, com sede na Avenida Otawa, n° 1651, Bairro Esperança, em Vera - MT, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento das 07h00min às 13h00min. Informações poderão ser obtidas pelo telefone: (66) 3583-3100 ou pelo e-mail: licitacaovera@gmail.com.

Vera – MT, 18 de maio de 2023.

JOEDSON AMARAL DE OLIVEIRA
Presidente da CPL – Portaria nº 029/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 036/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 036/2023, destinado a REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais hidráulicos para atender ao Departamento de Água do Parecis - DAP, teve como vencedoras as empresas: MOREIRA & CIA LTDA, com o valor total de R$ 161.763,94 (cento e sessenta e um mil e setecentos e sessenta e três reais e noventa e quatro centavos), HIDROREADER SISTEMAS DE MEDICAO LTDA, com o valor total de R$ 322.140,00 (trezentos e vinte e dois mil e cento e quarenta reais), L. A. COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS E ELETRICOS LTDA, com o valor total de R$ 155.590,00 (cento e cinqüenta e cinco mil e quinhentos e noventa reais), NELIA MARIA CYRINO LEAL, com o valor total de R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), PIPEPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE TUBOS E CONEXOES LTDA, com o valor total de R$ 13.620,00 (treze mil e seiscentos e vinte reais), ALPHA SOLUCOES EM SANEAMENTO LTDA, com o valor total de R$ 10.560,00 (dez mil e quinhentos e sessenta reais), IGOR FERNANDO SIMIDAMORE VICIANA LTDA, com valor total de R$ 15.648,00 (quinze mil e seiscentos e quarenta e oito reais), JAYME JACINTHO LTDA, com valor total de R$ 160.050,00 (cento e sessenta mil e cinqüenta reais), METALSAF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, com valor total de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), RPM RECICLADORA PARAISO DE METAIS LTDA ME, com valor total de R$ 10.420,00 (dez mil e quatrocentos e vinte reais), SANEFOUR ALMEIDA HIDRAULICA LTDA, com valor total de R$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais), VDA SANEAMENTO LTDA, com valor total de R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).
Campo Novo do Parecis-MT, 18 de maio de 2023.
Leandro Nery Varaschin
Pregoeiro

A BOA ESPERANCA AGROPECUARIA LTDA, CNPJ: 01.722.958/0001-59, torna público que requereu junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SMMA, do Município de Lucas do Rio Verde - MT, o Pedido de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), para o licenciamento ambiental de "Extração de Cascalho" sob o Regime de Registro de Licença em uma área de 46,0 hectares, nas coordenadas com o Ponto de Amarração – P.A. coincidente com o vértice 01 da poligonal: Latitude 12° 55' 37,245" S, Longitude - 56° 23' 33,151" W, localizado na ROD MT 338, KM 62, S/N, Zona Rural, Fazenda Boa Esperança, Zona Rural do Município de Lucas do Rio Verde – MT.

ANTONIO CARLOS RUIZ, CPF: 485.630.139-04, torna público que requereu junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ESTADO DO MATO GROSSO – SEMA/MT, o Pedido de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), para o licenciamento ambiental de "Extração de Cascalho" sob o Regime de Registro de Licença em uma área de 4,07 hectares, nas coordenadas com o Ponto de Amarração – P.A. coincidente com o vértice 01 da poligonal: Latitude 13°2' 42,030" S, Longitude - 55°16' 55,290" W, inserida na Faz. Nossa S, Aparecida, RODOVIA BR 242, S/N, Município de Nova Ubiratã – MT.

ANTONIO CARLOS RUIZ, CPF: 485.630.139-04, torna público que requereu junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ESTADO DO MATO GROSSO – SEMA/MT, o Pedido de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), para o licenciamento ambiental de "Extração de Cascalho" sob o Regime de Registro de Licença em uma área de 4,67 hectares, nas coordenadas com o Ponto de Amarração – P.A. coincidente com o vértice 01 da poligonal: Latitude 13°15' 18,183" S, Longitude 55°3' 48,983" W, localizada na Faz. Ruiz e Filhos II, Estrada Rural Boa Esperança Bonzon, Km-25, Município de Nova Ubiratã – MT.

A SARAGUAIA SANEAMENTO AMBIENTAL DO ARAGUAIA LTDA, CNPJ: 35.136.586/0001-09, torna público que requereu junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SMMA, do Município de Lucas do Rio Verde - MT, o Pedido de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), para o licenciamento ambiental de "Extração de Cascalho" sob o Regime de Registro de Licença em uma área de 26,3 hectares, nas coordenadas com o Ponto de Amarração – P.A. coincidente com o vértice 01 da poligonal: Latitude 13°19'20.13"S, Longitude - 56°11'33.40"O, localizado BR163, KM 710, MARGEM DIREITA ESTRADA + 18 KM, S/N, Zona Rural, Mat. 2.321, no Município de Lucas do Rio Verde – MT.

FIBRAS SORRISO INDUSTRIA E COMERCIO DE PISCINAS LTDA, CNPJ 21.976.260/0001-77, torna público que requereu junto a SAMATEC/SORRISO/MT, a Renovação da Licença de Operação (LO) e Alteração de razão social, para atividade de Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios, localizada na Rua Iraí, N 375B, Industrial 2A Etapa, Município de Sorriso/MT, não foi determinado EIA-RIMA. (TOP PROJETOS 3544-0266)

RUMO AGRONEGÓCIOS LTDA, CNPJ: 37.314.360/0002-59, torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Departamento de Meio Ambiente do município de Sapezal a Renovação da Licença de Operação para a atividade Comércio Atacadista de Defensivos Agrícolas, Adubos, Fertilizantes e Corretivos do solo, situado na Av. Engenheiro José da Silva Tiago, nº 140W, Sala 01, Bairro Água Clara I, na cidade de Sapezal - MT. Responsável Técnica Engenheira Florestal Mariana Coriolano Dalpasquale Triches, e-mail: cia.florestalmt@gmail.com.

AGROSYN COMERCIO E REPRESENTACAO DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA- CNPJ: 22.954.084/0006-40, localizado na Avenida P SUDESTE, nº 9467 – JARDIM DAS AMERICAS, pertencente ao município de Sorriso-MT, torna público que requereu junto a SAMA/SORRISO/MT, a as Licenças Previa, Instalação e Operação para as atividades: 52.11-7-99-Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, não foi determinado EIA-RIMA.

BRIÃO BERTALLI SERVIÇOS LTDA, inscrita sob CNPJ: 44.736.410/0001-70, torna-se público que requereu à Secretaria Municipal de Agricultura Meio Ambiente (SAMA) de Lucas do Rio Verde/MT, as Licenças Prévia (LP), Instalação (LI) e Operação (LO), para as atividades de 96.01-7-01 - Lavanderias, estabelecida na Av. Da Produção N° 1115 N, Bairro: Industrial, no Município de Lucas do Rio Verde/MT. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, inscrita no CNPJ: 79.114.450/0294-90, torna público que requereu junto ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL "MÉDIO ARAGUAIA" - CODEMA as Licenças Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI), para as atividades de 52.11-07/01 Armazéns Gerais (emissão de warrant) e 46.83-4/00 Comércio Atacadista de Defensivos Agrícolas, Adubos, Fertilizantes e Corretivos de Solo, localizada na Rod. BR MT 240, Km 32, Zona Rural, no município de Água Boa – MT nas coordenadas geográficas latitude 14°03'15,70" S, longitude 52°23'13,87" W. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

CAVAQUEIRA FERRARI LTDA (CAVAQUEIRA FERRARI) inscrito no CNPJ: 32.713.900/0001-72, localizada Estrada Andira, S/Nº, Setor Industrial, no município de Marcelândia/MT, torna público que está requerendo torna público que está requerendo junto a Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA, Licença Ambiental Simplificada – LAS, para a atividade de Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis (Cavaco). Não foi determinada a elaboração de estudo de impacto ambiental.

VENDAS/ ALUGUEL

LOCAÇÃO / ALUGUEL
KITNET Contendo: Sala e cozinha conjugada, 01 quarto, 01 banheiro social, 01 área de serviço e garagem. Endereço: Rua Sonia Maria, nº 12 , Bairro Jardim das Azaleias na cidade de Sinop/MT. Valor: R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais. Contato: (66) 3531-7222 / (66) 99633-6623

KITNET Contendo: Sala e cozinha conjugada, 02 quartos, 01 banheiro social, 01 área de serviço, portão eletrônico e cerca elétrica. Endereço: Avenida Notre Dame, Quadra 13, Lote 11, Bairro Residencial Paris na cidade de Sinop/MT. Disponível apartamento 04. Valor: R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) mensais. Contato: (66) 3531-7222 / (66) 99633-6623

KITNET Contendo: Sala e cozinha conjugada, 02 quartos, 01 banheiro social, 01 área de serviço e garagem. Endereço: Rua dos Pássaros, nº 323, Bairro Residencial Nossa Senhora Aparecida na cidade de Sinop/MT. Disponível apartamento 08. Valor: R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) mensais. Contato: (66) 3531-7222 / (66) 99633-6623

KITNET Contendo: Sala e cozinha, 02 quartos, 01 banheiro social , 01 área de serviço e garagem. Endereço: Rua dos Cedros, nº 1292, Bairro Jardim Botânico na cidade de Sinop/MT. Disponível apartamentos 03 e 06. Valor: R$ 900,00 (novecentos reais) mensais. Contato: (66) 3531-7222 / (66) 99633-6623

CIDADE JARDIM - R$1.200,00 Detalhes do imóvel 1 Quarto(s) , 1 Banheiro(s) , 1 Cozinha , 1 Sala , 1 Área Serviço Descrição Casa Mobiliada, Com Seguro Residencial contra roubo Cerca elétrica Portão Eletrônico. 200m da UFMT e UNIC Industrial Visitas Agendadas. Imobiliária Mato Grosso Av. dos Tarumãs, 1443 - Jardim Botânico, Sinop – MT. Telefone: (66) 3532-4489

JARDIM BOTANICO -

O ESTADO DE MATO GROSSO TEM UM NOVO JORNAL
DIÁRIO DO ESTADO
(66) 3535 - 1000
www.diariodoestadomt.com.br

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO NORTE DE MATO GROSSO
SICOOB NORTE MT - CNPJ: 23.623.636/0001-95

BALANÇO PATRIMONIAL Em Reais

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		**810.553.325,76**	**584.635.987,43**
DISPONIBILIDADES	4	**9.130.150,91**	**4.403.786,55**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**810.026.262,91**	**573.762.899,87**
Títulos e Valores Mobiliários	5	10.710.633,70	-
Relações Interfinanceiras		141.716.077,28	119.752.929,97
Centralização Financeira	4	141.716.077,28	119.752.929,97
Operações de Crédito	6	652.266.042,52	451.812.021,02
Outros Ativos Financeiros	7	5.333.509,41	2.197.948,88
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		**(23.020.541,43)**	**(10.754.503,52)**
(-) Operações de Crédito	6	(21.505.806,04)	(10.128.725,83)
(-) Outras	7.1	(1.514.735,39)	(625.777,69)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	**561.063,45**	**26.723,31**
OUTROS ATIVOS	9	**1.278.782,48**	**1.525.268,33**
INVESTIMENTOS	10	**-**	**8.208.313,22**
IMOBILIZADO DE USO	11	**15.750.428,27**	**9.667.398,74**
INTANGÍVEL	12	**263.218,44**	**122.972,86**
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	11,12	**(3.436.039,27)**	**(2.326.871,93)**
TOTAL DO ATIVO		**810.553.325,76**	**584.635.987,43**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**810.553.325,76**	**584.635.987,43**
DEPÓSITOS	13	**404.277.426,42**	**327.757.488,26**
Depósitos à Vista		218.159.006,59	179.440.470,82
Depósitos a Prazo		186.118.419,83	148.317.017,44
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**277.708.405,29**	**181.365.186,91**
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	89.517.887,12	669.805,05
Relações Interfinanceiras		121.456.211,57	115.763.008,20
Repasses Interfinanceiros	15	121.456.211,57	115.763.008,20
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15	60.000.000,00	58.989.085,88
Outros Passivos Financeiros	16	6.734.306,60	5.943.287,78
PROVISÕES	17	**1.563.301,45**	**540.163,36**
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	**1.226.934,41**	**551.370,76**
OUTROS PASSIVOS	19	**12.105.168,14**	**7.150.445,33**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	**113.672.090,05**	**67.271.332,81**
CAPITAL SOCIAL		90.045.342,43	50.481.368,71
RESERVAS DE SOBRAS		20.261.553,17	13.531.164,26
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		3.365.194,45	3.258.799,84
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**810.553.325,76**	**584.635.987,43**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Em Reais

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**8.821.944,22**	**20.156.599,76**	**14.199.914,56**
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(2.320,48)	(6.741,28)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6 (e)	11.387.054,94	15.834.894,04	6.566.871,41
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	31	453.320,18	1.023.138,09	85.212,81
Provisões/Reversões para Contingências		-	6.674,61	58.375,74
Depreciações e Amortizações	27	724.563,67	1.135.787,23	577.834,05
Outros Ajustes	30	58.291,65	371.561,65	435.849,48
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		**21.445.174,66**	**38.526.334,90**	**21.917.316,77**
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Títulos e Valores Mobiliários		-	(2.502.320,48)	-
Operações de Crédito		(159.756.734,97)	(203.000.359,93)	(227.369.857,84)
Outros Ativos Financeiros		(2.446.605,77)	(4.158.078,23)	(1.723.545,18)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(561.063,45)	(534.340,14)	(13.097,32)
Outros Ativos		766.864,89	246.485,85	(635.173,95)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		16.492.349,40	38.718.535,77	66.354.718,51
Depósitos a Prazo		(3.963.840,03)	37.801.402,39	60.360.169,75
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		57.694.476,25	88.848.082,07	(4.336.472,57)
Relações Interfinanceiras		23.953.621,67	5.693.203,37	49.164.879,80
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(9.750.958,00)	1.010.914,12	55.709.454,12
Outros Passivos Financeiros		6.028.489,60	791.018,82	5.881.481,41
Provisões		-	(6.674,61)	(43.126,26)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		627.993,21	668.479,84	204.340,57
Outros Passivos		(8.163.828,43)	(3.964.922,60)	(551.568,68)
FATES - Atos Cooperativos		(1.121.731,49)	(1.121.731,49)	(956.669,52)
Imposto de Renda Pago		173.016,97	(12.555,69)	(540.985,40)
Contribuição Social Pago		74.779,88	-	(361.324,96)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		**(58.566.287,26)**	**(3.368.087,69)**	**22.624.689,77**
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Sobras da Central Recebidos		-	2.320,48	6.741,28
Aquisição de Intangível		(142.003,40)	(142.003,40)	(53.390,06)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(4.843.261,34)	(6.479.453,25)	(3.837.435,99)
Aquisição de Investimentos		-	-	(2.676.966,28)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**(4.985.264,74)**	**(6.619.136,17)**	**(6.561.051,05)**
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		16.936.954,89	32.804.159,61	16.127.911,22
Devolução de Capital à Cooperados		(756.906,88)	(1.993.026,50)	(784.734,87)
Estorno de Capital		(1.000,00)	(1.000,00)	-
Distribuição de Sobras Para Associados à Pagar		-	(36.502,32)	-
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		5.531.543,09	5.531.543,09	1.793.705,17
Reversão/Realização de Fundos		-	-	388.791,26
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		**21.710.591,10**	**36.305.173,88**	**17.525.672,78**
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(41.782.669,25)**	**26.689.511,67**	**34.025.160,98**
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Ínicio do Período	4	192.628.897,44	124.156.716,52	90.131.555,54
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	150.846.228,19	150.846.228,19	124.156.716,52
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(41.782.669,25)**	**26.689.511,67**	**34.025.160,98**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório da Administração 31 de dezembro de 2022

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO NORTE DE MATO GROSSO - SICOOB NORTE MT

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB NORTE MT.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período.

Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse ww.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB NORTE MT é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 93,21% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL RONDON e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o SICOOB NORTE MT registrou o total de 14 (quatorze) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Das reclamações, 6 (seis) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de

Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2022. Unidade de Apresentação: reais.

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	49,10%	16.980.923,55	11.388.637,37
Patrimônio Líquido	68,97%	113.672.090,05	67.271.332,81
Ativos	38,64%	810.553.325,76	584.635.987,43
Depósitos na Centralização Financeira	18,34%	141.716.077,28	119.752.929,97

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	70,60%	18.928	11.095

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Rural	5,14%	122.225.685,49	116.245.159,92
Carteira Comercial	57,95%	530.040.357,03	335.566.861,10
Total	44,37%	652.266.042,52	451.812.021,02

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 16,01% da carteira, no montante de R$ 104.738.153,16.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	21,58%	218.159.006,59	179.440.470,82
Depósitos a prazo	25,49%	186.118.419,83	148.317.017,44
LCA	0,00%	73.001.138,35	0,00
LCI	2365,90%	16.516.748,77	669.805,05
Total	50,35%	493.795.313,54	328.427.293,31

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 28,11% da captação, no montante de R$ 139.574.461,26.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	70,08%	110.938.280,89	65.228.354,20

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.
SINOP-MT, 31 de dezembro de 2022.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS Em Reais

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**60.162.737,64**	**101.805.496,72**	**45.816.394,92**
Operações de Crédito	22	49.686.017,71	84.405.650,59	40.968.496,36
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4 (a)	10.476.719,93	17.399.846,13	4.847.898,56
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**23**	**(37.837.285,07)**	**(60.566.884,52)**	**(18.768.951,27)**
Operações de Captação no Mercado	13 (d)	(20.634.807,58)	(32.668.591,60)	(6.821.318,41)
Operações de Empréstimos e Repasses	15 (c)	(5.815.422,55)	(12.063.398,88)	(5.380.761,45)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(11.387.054,94)	(15.834.894,04)	(6.566.871,41)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**22.325.452,57**	**41.238.612,20**	**27.047.443,65**
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		**(13.062.888,68)**	**(20.082.845,06)**	**(12.745.834,12)**
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	6.670.323,67	13.079.708,32	8.414.349,34
Rendas de Tarifas	25	3.338.743,92	5.814.151,15	3.855.833,40
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(10.662.670,29)	(18.612.272,22)	(12.512.659,00)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(13.123.765,80)	(21.123.291,47)	(13.337.754,06)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28	(550.003,18)	(1.112.006,82)	(724.412,96)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	2.176.246,86	3.992.643,36	3.045.185,41
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(911.763,86)	(2.121.777,38)	(1.486.376,25)
PROVISÕES	**31**	**(453.320,18)**	**(1.029.812,70)**	**(143.588,55)**
Provisões/Reversões para Contingências		-	(6.674,61)	(58.375,74)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(453.320,18)	(1.023.138,09)	(85.212,81)
RESULTADO OPERACIONAL		**8.809.243,71**	**20.125.954,44**	**14.158.020,98**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	**32**	**12.700,51**	**30.645,32**	**41.893,58**
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**8.821.944,22**	**20.156.599,76**	**14.199.914,56**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**21**	**290.793,49**	**(19.639,50)**	**(902.310,36)**
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		194.779,69	(19.639,50)	(540.985,40)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		96.013,80	-	(361.324,96)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		**(1.501.321,87)**	**(3.156.036,71)**	**(1.908.966,83)**
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		**7.611.415,84**	**16.980.923,55**	**11.388.637,37**
JUROS AO CAPITAL		**(5.763.608,70)**	**(5.763.608,70)**	**(1.821.942,13)**
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		**1.847.807,14**	**11.217.314,85**	**9.566.695,24**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Em Reais

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		**7.611.415,84**	**16.980.923,55**	**11.388.637,37**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		**7.611.415,84**	**16.980.923,55**	**11.388.637,37**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020		**33.930.580,50**	**(586.093,31)**	**6.733.864,96**	**1.057.282,16**	**41.135.634,31**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas		0,00	0,00	1.057.282,16	(1.057.282,16)	0,00
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		16.249.239,61	(121.328,39)	0,00	0,00	16.127.911,22
Por Devolução (-)		(784.734,87)	0,00	0,00	0,00	(784.734,87)
Reversão/Realização de Fundos		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**388.791,26**	**388.791,26**
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.388.637,37**	**11.388.637,37**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	(1.821.942,13)	(1.821.942,13)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.793.705,17	0,00	0,00	0,00	1.793.705,17
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	5.740.017,14	(5.740.017,14)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(956.669,52)	(956.669,52)
Saldos em 31/12/2021		**51.188.790,41**	**(707.421,70)**	**13.531.164,26**	**3.258.799,84**	**67.271.332,81**
Saldos em 31/12/2021		**51.188.790,41**	**(707.421,70)**	**13.531.164,26**	**3.258.799,84**	**67.271.332,81**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados	20 (c)	3.222.297,52	0,00	0,00	(3.258.799,84)	(36.502,32)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		33.447.466,17	-643.306,56	0,00	0,00	32.804.159,61
Por Devolução (-)		-1.993.026,50	0,00	0,00	0,00	(1.993.026,50)
Estorno de Capital		-1.000,00	0,00	0,00	0,00	(1.000,00)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**16.980.923,55**	**16.980.923,55**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	20 (e)	0,00	0,00	0,00	(5.763.608,70)	(5.763.608,70)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		5.531.543,09	0,00	0,00	0,00	5.531.543,09
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	20 (d)	0,00	0,00	6.730.388,91	(6.730.388,91)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	20 (d)	0,00	0,00	0,00	-1.121.731,49	(1.121.731,49)
Saldos em 31/12/2022		**91.396.070,69**	**(1.350.728,26)**	**20.261.553,17**	**3.365.194,45**	**113.672.090,05**
Saldos em 30/06/2022		**69.185.654,38**	**(850.903,05)**	**13.531.164,26**	**9.369.507,71**	**91.235.423,30**
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		17.436.780,10	-499.825,21	0,00	0,00	16.936.954,89
Por Devolução (-)		-756.906,88	0,00	0,00	0,00	(756.906,88)
Estorno de Capital		-1.000,00	0,00	0,00	0,00	(1.000,00)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.611.415,84**	**7.611.415,84**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	(5.763.608,70)	(5.763.608,70)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		5.531.543,09	0,00	0,00	0,00	5.531.543,09
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	6.730.388,91	(6.730.388,91)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	-1.121.731,49	(1.121.731,49)
Saldos em 31/12/2022		**91.396.070,69**	**(1.350.728,26)**	**20.261.553,17**	**3.365.194,45**	**113.672.090,05**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSAO DO NORTE DE MATO GROSSO - SICOOB NORTE MT
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022-Em Reais (R$)

1.Contexto Operacional: A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSAO DO NORTE DE MATO GROSSO - SICOOB NORTE MT**, doravante denominado **SICOOB NORTE MT**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **07/04/2015**, filiada à **CCC DOS ESTADOS MT/MS E CACOAL/RO – SICOOB CENTRAL RONDON** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN n° 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica. O SICOOB NORTE MT, sediado à **Rua Helicônias, n° 33, 3° andar, Centro Empresarial Forconti, Bairro Setor Comercial, Sinop - MT**, possui 25 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Sinop - MT, Colíder - MT, Alta Floresta - MT, Guarantã Do Norte - MT, Matupá - MT, Paranaíta - MT, Nova Canaã Do Norte - MT, Cláudia - MT, Feliz Natal - MT, Vera - MT, Peixoto De Azevedo - MT, Itaúba - MT, Carlinda - MT, Nova Santa Helena - MT, Santa Carmem - MT, Novo Mundo - MT, Terra Nova Do Norte - MT, Marcelândia - MT, União Do Sul - MT, Nova Guarita - MT, Novo Progresso - PA, Itaituba - PA. O **SICOOB NORTE MT** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades: (i)Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados; (ii)Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e (iii)Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2.Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas *Normas Brasileiras de Contabilidade* (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e *Conselho Monetário Nacional* – CMN, consolidadas no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020. Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo *Comitê de Pronunciamentos Contábeis* - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 17/02/2023.

2.1Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação: a) Mudanças em vigor: Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2022 Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

i)definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;

ii)sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização nanomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;

i)a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

ii)na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a)mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b)mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.**Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021:** a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota nº 39. **Consolidação do Cosif:** no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva. Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022. **Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022:** a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo dedesligamento. Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento. b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros: A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa: **Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022:** a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023. **Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022:** a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros. O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023. **Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022:** dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito. Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023. **Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021:** a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022. Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo. **Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022:** dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial. Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. **Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados. Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2Continuidade dos Negócios: A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. O SICOOB NORTE MT contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão. Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a)Apuração do Resultado: Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não- cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei n° 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b)Estimativas Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa: Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários: A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, quando aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira: Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito: As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito: Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia: Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos: Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso: Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível: Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nª 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses: As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata die*".

p) Outros Ativos: São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos: Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes: São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações Legais: São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

t) Tributos: Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

u) Segregação em Circulante e Não Circulante: No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após adata- base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment:* A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

w) Partes Relacionadas: São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010). Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes: Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

y) Instrumentos Financeiros: O SICOOB NORTE MT opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes: Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa: O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	9.130.150,91	4.403.786,55
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a) – nota 34.2.a	141.716.077,28	119.752.929,97
TOTAL	**150.846.228,19**	**124.156.716,52**

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RONDON como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", foram respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira – nota 34.2.b	10.476.719,93	17.399.846,13	4.847.898,56

5. Títulos e Valores Mobiliários: a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas, totalmente registrados no não circulante:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação Em Cooperativa Central De Crédito – nota 34.2.a	10.710.633,70	0,00
TOTAL (a)	**10.710.633,70**	**0,00**

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN n° 4.817/2020.

6.Operações de Crédito

a)Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2022 Total	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2021 Total
Empréstimos e Títulos Descontados	215.177.358,24	146.064.988,68	**361.242.346,92**	114.045.344,97	87.347.983,21	**201.393.328,18**
Financiamentos	54.983.206,30	113.814.803,81	**168.798.010,11**	39.561.881,87	94.611.651,05	**134.173.532,92**
Financiamentos Rurais	90.221.901,40	32.003.784,09	**122.225.685,49**	74.136.982,10	42.108.177,82	**116.245.159,92**
Total de Operações de Crédito	**360.382.465,94**	**291.883.576,58**	**652.266.042,52**	**227.744.208,94**	**224.067.812,08**	**451.812.021,02**
(-) Provisões para Operações de Crédito	(11.439.419,02)	(10.066.387,02)	**(21.505.806,04)**	(4.802.015,41)	(5.326.710,42)	**(10.128.725,83)**
TOTAL	**348.943.046,92**	**281.817.189,56**	**630.760.236,48**	**222.942.193,53**	**218.741.101,66**	**441.683.295,19**

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	30.086.446,74	13.159.994,19	40.815.071,42	84.061.512,35	0,00	58.479.149,05	0,00
A	0,50%	Normal	95.342.113,80	35.529.249,85	40.716.780,14	171.588.143,79	(857.940,84)	146.690.830,14	(733.454,20)
B	1%	Normal	122.886.225,80	70.582.809,84	26.150.060,01	219.619.095,65	(2.196.191,08)	134.759.005,49	(1.347.590,10)
B	1%	Vencidas	293.152,93	404.649,37	0,00	697.802,30	(6.978,14)	212.114,56	(2.121,20)
C	3%	Normal	80.751.551,27	33.928.932,04	13.668.386,41	128.348.869,72	(3.850.466,21)	94.861.674,74	(2.845.850,29)
C	3%	Vencidas	1.541.582,84	2.127.866,82	0,00	3.669.449,66	(110.083,61)	682.085,91	(20.462,63)
D	10%	Normal	13.048.088,91	7.063.729,30	409.990,37	20.521.808,58	(2.052.180,98)	10.007.843,20	(1.000.784,37)
D	10%	Vencidas	1.623.474,71	761.863,61	0,00	2.385.338,32	(238.533,95)	604.065,14	(60.406,56)
E	30%	Normal	5.359.996,42	1.590.244,76	0,00	6.950.241,18	(2.085.072,47)	790.220,88	(237.066,31)
E	30%	Vencidas	1.123.158,50	736.364,95	0,00	1.859.523,45	(557.857,16)	461.133,59	(138.340,13)
F	50%	Normal	1.296.898,32	1.020.957,79	0,00	2.317.856,11	(1.158.928,18)	229.809,08	(114.904,59)
F	50%	Vencidas	1.382.516,21	668.013,17	361.380,37	2.411.909,75	(1.205.955,00)	407.354,72	(203.677,41)
G	70%	Normal	181.922,50	369.635,82	104.016,77	655.575,09	(458.902,68)	196.111,95	(137.278,42)
G	70%	Vencidas	1.038.553,98	468.782,73	0,00	1.507.336,71	(1.055.135,88)	479.443,31	(335.610,36)
H	100%	Normal	1.477.023,84	72.053,12	0,00	1.549.076,96	(1.549.076,96)	1.755.691,50	(1.755.691,50)
H	100%	Vencidas	3.809.640,15	312.862,75	0,00	4.122.502,90	(4.122.502,90)	1.195.487,76	(1.195.487,76)
Total Normal			**350.430.267,60**	**163.317.606,71**	**121.864.305,12**	**635.612.179,43**	**(14.208.759,40)**	**447.770.336,03**	**(8.172.619,78)**
Total Vencidos			**10.812.079,32**	**5.480.403,40**	**361.380,37**	**16.653.863,09**	**(7.297.046,64)**	**4.041.684,99**	**(1.956.106,05)**
Total Geral			**361.242.346,92**	**168.798.010,11**	**122.225.685,49**	**652.266.042,52**	**(21.505.806,04)**	**451.812.021,02**	**(10.128.725,83)**
Provisões			**(15.070.107,45)**	**(5.266.061,51)**	**(1.169.637,08)**	**(21.505.806,04)**		**(10.128.725,83)**	
Total Líquido			**346.172.239,47**	**163.531.948,60**	**121.056.048,41**	**630.760.236,48**		**441.683.295,19**	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	97.603.442,47	117.573.915,77	146.064.988,68	361.242.346,92
Financiamentos	14.433.329,34	40.549.876,96	113.814.803,81	168.798.010,11
Financiamentos Rurais	18.871.782,33	71.350.119,07	32.003.784,09	122.225.685,49
TOTAL	**130.908.554,14**	**229.473.911,80**	**291.883.576,58**	**652.266.042,52**

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	17.089,57	0,00	0,00	17.089,57	**0,00%**
Setor Privado - Serviços	235.354.246,05	97.840.436,67	0,00	333.194.682,72	**51,08%**
Pessoa Física	125.087.799,88	70.957.573,44	122.225.685,49	318.271.058,81	**48,79%**
Outros	783.211,42	0,00	0,00	783.211,42	**0,12%**
TOTAL	**361.242.346,92**	**168.798.010,11**	**122.225.685,49**	**652.266.042,52**	**100,00%**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**10.128.725,83**	**7.336.801,28**
Constituições/Reversões no período	13.923.918,64	5.787.166,97
Transferência para prejuízo no período	(2.546.838,43)	(2.995.242,42)
Saldo Final	**21.505.806,04**	**10.128.725,83**

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	7.490.784,58	1,15%	6.869.402,97	1,52%
10 Maiores Devedores	61.374.017,28	9,38%	50.945.259,23	11,26%
50 Maiores Devedores	178.084.762,00	27,22%	151.501.744,46	33,50%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**5.280.387,75**	**2.887.506,95**
Valor das operações transferidas no período	3.568.856,13	3.772.465,60
Valor das operações recuperadas no período	(447.966,08)	(763.697,87)
Valor das operações renegociadas no período	(454.868,76)	(502.973,02)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(172.064,28)	(112.913,91)
Saldo Final	**7.774.344,76**	**5.280.387,75**

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

7. Outros Ativos Financeiros: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	2.124.377,56	0,00	766.201,92	0,00
Rendas a Receber (b)	2.399.517,01	0,00	1.160.355,57	0,00
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	231.639,61	150.463,03	15.537,46	61.037,13
Títulos e Créditos a Receber (d)	427.512,20	0,00	194.816,80	0,00
TOTAL	**5.183.046,38**	**150.463,03**	**2.136.911,75**	**61.037,13**

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R$ 19.213,36); Rendas de Cartões (R$ 542.507,93); Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R$ 1.761.224,15); e outros (R$ 76.571,57);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R$ 427.512,20);

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros: A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(1.503.972,92)	0,00	(624.450,66)	0,00
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(6.756,02)	(4.006,45)	(267,21)	(1.059,82)
TOTAL	**(1.510.728,94)**	**(4.006,45)**	**(624.717,87)**	**(1.059,82)**

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valorese Bens	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 30/12/2021	Provisões 30/12/2021
A	0,50%	Normal	0,00	28.024,49	28.024,49	(140,17)	38.808,21	(194,05)
C	3%	Normal	0,00	354.078,15	354.078,15	(10.622,39)	37.766,38	(1.133,00)
E	30%	Vencidas	457.034,00	0,00	457.034,00	(137.110,25)	105.699,65	(31.709,91)
F	50%	Vencidas	365.201,66	0,00	365.201,66	(182.600,88)	82.364,54	(41.182,28)
G	70%	Vencidas	392.934,14	0,00	392.934,14	(275.053,94)	88.597,68	(62.018,40)
H	100%	Vencidas	909.207,76	0,00	909.207,76	(909.207,76)	489.540,05	(489.540,05)
Total Normal			**0,00**	**382.102,64**	**382.102,64**	**(10.762,56)**	**76.574,59**	**(1.327,05)**
Total Vencidos			**2.124.377,56**	**0,00**	**2.124.377,56**	**(1.503.972,83)**	**766.201,92**	**(624.450,64)**
Total Geral			**2.124.377,56**	**382.102,64**	**2.506.480,20**	**(1.514.735,39)**	**842.776,51**	**(625.777,69)**
Provisões			**(1.503.972,92)**	**(10.762,47)**	**(1.514.735,39)**		**(625.777,69)**	
Total Líquido			**620.404,64**	**371.340,17**	**991.744,81**		**216.998,82**	

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos, totalmente registrados no circulante:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições a Compensar	561.063,45	26.723,31
TOTAL	**561.063,45**	**26.723,31**

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos, totalmente registrados no circulante:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos e Antecipações Salariais	13.484,85	26.839,97
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	285.724,52	0,00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	530.215,04	737.570,00
Devedores Diversos – País (a)	31.154,81	871,07
Material em Estoque	60.177,76	65.766,76
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	0,00	400.000,00
Despesas Antecipadas (c)	358.025,50	294.220,53
TOTAL	**1.278.782,48**	**1.525.268,33**

(a) Em Devedores Diversos – País estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R$ R$ 2.712,75); Pendências a Regularizar – Banco Sicoob (R$ 26.815,00); e outros (R$ 1.627,06);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas pagas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, processamento de dados, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

10. Investimentos: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central De Crédito – nota 34.2.a	0,00	8.208.313,22
TOTAL (a)	**0,00**	**8.208.313,22**

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

11. Imobilizado de Uso: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em Curso (a)		292.468,79	0,00
Instalações	10%	2.080.485,46	1.481.973,75
Móveis e equipamentos de Uso	10%	4.565.914,88	2.649.222,94
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.255.391,97	1.404.118,33
Sistema de Segurança	10%	1.566.011,69	814.891,99
Sistema de Transporte	20%	452.099,52	0,00
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		4.538.055,96	3.317.191,73
Total de Imobilizado de Uso		**15.750.428,27**	**9.667.398,74**
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(678.267,75)	(560.216,82)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.783.606,67)	(1.170.437,88)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(46.801,11)	0,00
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(849.084,74)	(549.037,46)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		**(3.357.760,27)**	**(2.279.692,16)**
TOTAL		**12.392.668,00**	**7.387.706,58**

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

12. Intangível: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas De Processamento De Dados	20%	263.218,44	109.969,42
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	20%	0,00	13.003,44
Intangível		**263.218,44**	**122.972,86**
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(78.279,00)	(47.179,77)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		**(78.279,00)**	**(47.179,77)**
TOTAL		**184.939,44**	**75.793,09**

13. Depósitos: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Depósito à Vista (a)	218.159.006,59	0,00	179.440.470,82	0,00
Depósito a Prazo (b)	185.889.917,99	228.501,84	148.204.858,96	112.158,48
TOTAL	**404.048.924,58**	**228.501,84**	**327.645.329,78**	**112.158,48**

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "*pro rata temporis*"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo. Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares

– pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	21.714.435,51	4,37%	14.552.831,44	4,37%
10 Maiores Depositantes	104.735.838,01	21,09%	88.692.904,59	26,63%
50 Maiores Depositantes	194.798.500,13	39,23%	153.120.682,58	45,98%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos a Prazo	(16.084.880,18)	(27.143.141,86)	(6.187.036,18)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(3.431.987,28)	(3.830.157,10)	0,00
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(752.074,05)	(1.053.136,73)	(221.172,82)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(365.866,07)	(642.155,91)	(413.109,41)
TOTAL	**(20.634.807,58)**	**(32.668.591,60)**	**(6.821.318,41)**

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos: Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	16.516.748,77	0,00	669.805,05	0,00
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	469.056,93	72.532.081,42	0,00	0,00
TOTAL	**16.985.805,70**	**72.532.081,42**	**669.805,05**	**0,00**

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses: São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob	89.452.427,48	32.003.784,09	73.750.968,89	42.012.039,31
TOTAL	**89.452.427,48**	**32.003.784,09**	**73.750.968,89**	**42.012.039,31**

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 7,54% ao ano, com vencimento até 18/11/2030.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses, totalmente registrados no circulante:

Instituições	31/12/2022	31/12/2021
Cooperativa Central	0,00	9.724.027,27
Banco Sicoob	60.000.000,00	49.265.058,61
TOTAL	**60.000.000,00**	**58.989.085,88**

As taxas de juros praticadas nas operações de empréstimo com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 0,22% ao ano, com vencimento até 10/03/2023.

c) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(5.769.034,42)	(11.752.883,97)	(5.153.755,62)
Cooperativa Central	(46.388,13)	(310.514,91)	(227.005,83)
TOTAL	(5.815.422,55)	(12.063.398,88)	(5.380.761,45)

16. Outos Passivos Financeiros: Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos totalmente registrados no circulante:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	6.113.881,36	5.725.845,44
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	34.801,81	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	585.623,43	217.442,34
TOTAL	**6.734.306,60**	**5.943.287,78**

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Energia Elétrica e Gás (R$ 7.076,37); Ordens de Pagamento (R$ 6.106.678,99); e outros (R$ 126,00);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R$ 579.671,52); e outros (R$ 5.951,91).

17. Provisões: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.051.156,65	496.895,32	502.329,72	22.584,16
Provisão Para Contingências (b)	0,00	15.249,48	15.249,48	0,00
TOTAL	**1.051.156,65**	**512.144,80**	**517.579,20**	**22.584,16**

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	116.978.320,30	32.845.233,59
TOTAL	**116.978.320,30**	**32.845.233,59**

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2022 Provisão para Demandas Judiciais	31/12/2022 Depósitos Judiciais	31/12/2021 Provisão para Demandas Judiciais	31/12/2021 Depósitos Judiciais
Cível	15.249,48	0,00	15.249,48	0,00
TOTAL	**15.249,48**	**0,00**	**15.249,48**	**0,00**

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB NORTE MT, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R$ 42.059,50**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto, totalmente registrados no circulante:

CONTINUA

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	7.083,81	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	57.549,17	21.130,35
Impostos e Contribuições sobre Salários	659.328,82	415.260,18
Outros	502.972,61	114.980,23
TOTAL	**1.226.934,41**	**551.370,76**

19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto, totalmente registrados no circulante:

Transações	31/12/2022	31/12/2021
Sociais e Estatutárias (a)	7.134.362,53	3.556.310,33
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	487.239,11	561.406,16
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	3.765.847,22	2.167.414,65
Credores Diversos – País (d)	717.719,28	865.314,19
TOTAL	**12.105.168,14**	**7.150.445,33**

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos, totalmente registrados no circulante:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Participações nas Sobras (a.1)	3.443.617,19	1.892.617,41
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	1.521.346,59	616.025,66
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	2.169.398,75	1.047.667,26
TOTAL	**7.134.362,53**	**3.556.310,33**

(a.1) Consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva, a Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;
(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;
(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.
(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R$ 1.806.675,83); Custos de Transações Interfinanceiras (R$ 41.214,31); Seguro Prestamista (R$ 617.024,03); Despesas com Cartões (R$ 131.514,45); Aluguéis (R$ 137.481,66); Manutençãoe Conservação de Bens (R$ 62.477,41); Seguro (R$ 53.363,34); Água/Energia e Gás (R$ 52.075,94); e outros pagamento a efetuar (R$ 864.020,25);
(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R$ 124.315,10); Valores a Repassar à Cooperativa Central (R$ 222.925,94); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R$ 192.315,77); Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R$ 44.797,61); e outros (R$ 133.364,86).

20. Patrimônio Líquido

a) **Capital Social:** O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes. No ano de **2022**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R$ 23.312.412,00** com recursos do Sicoob Cotas Partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	90.045.342,43	50.481.368,71
Associados	18.928	11.095

b) **Fundo de Reserva:** Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

· **Sobras Acumuladas:** As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social–FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2022 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da seguinte forma: 100% para Conta Capital, no valor de R$ 3.258.799,84, destes R$ 36.502,32 se refere a destinações a pagar em capital de ex-associados.

c) **Destinações Estatutárias e Legais:** A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	**11.217.314,85**	**9.566.695,24**
(-) Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	0,00	0,00
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	0,00	0,00
(-) Absorção Estatutária	0,00	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	**11.217.314,85**	**9.566.695,24**
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	(6.730.388,91)	(5.740.017,14)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	(1.121.731,49)	(567.878,26)
(-) Destinação para Outras Reservas	0,00	0,00
(+) Reversão/Realização de Reservas	0,00	388.791,26
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	0,00	0,00
Sobra à disposição da Assembleia Geral	**3.365.194,45**	**3.258.799,84**

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

d) **Juros ao Capital Próprio:** A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2022, no montante de R$ 5.763.608,70. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº4.872/2020.

21. Resultado de Atos Não Cooperativos: São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	**10.278.588,42**	**6.876.385,52**
Despesas específicas de atos não cooperativos	(3.774.040,88)	(833.852,67)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(3.135.605,75)	(2.834.144,53)
Resultado operacional	**3.368.941,79**	**3.208.388,32**
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	30.645,32	41.893,58
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**3.399.587,11**	**3.250.281,90**
IRPJ/CSLL	(19.639,50)	(902.310,36)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e 145/16	(4.614.669,98)	(2.642.513,90)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	**(1.234.722,38)**	**(294.542,36)**

22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	473.147,79	786.591,88	416.601,40
Rendas de Empréstimos	25.038.831,51	41.846.353,95	19.559.513,79
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	6.580.021,97	10.177.925,85	4.197.709,10
Rendas de Financiamentos	12.598.658,67	21.936.054,25	10.064.142,90
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	842.120,58	1.240.392,59	21.999,67
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	739.352,73	1.961.137,97	1.460.773,08
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	2.554.432,08	4.674.730,80	3.977.725,35
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	493.378,54	879.628,46	48.866,26
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	366.073,84	902.834,84	1.221.164,81
TOTAL	**49.686.017,71**	**84.405.650,59**	**40.968.496,36**

23. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas De Captação	(20.634.807,58)	(32.668.591,60)	(6.821.318,41)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(5.815.422,55)	(12.063.398,88)	(5.380.761,45)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	4.148.367,26	8.231.942,20	5.549.075,13
Reversões de Provisões para Outros Créditos	61.566,14	108.336,75	216.647,77
Provisões para Operações de Crédito	(14.254.245,12)	(22.155.360,84)	(11.372.056,10)
Provisões para Outros Créditos	(1.342.743,22)	(2.019.812,15)	(960.538,21)
TOTAL	**(37.837.285,07)**	**(60.566.884,52)**	**(18.768.951,27)**

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	909.332,00	1.838.535,55	1.653.386,11
Rendas de Convênios	74.044,04	141.057,88	118.198,67
Rendas de Comissão	3.925.465,28	8.041.197,67	4.694.234,19
Rendas de Cartões	1.526.320,39	2.607.010,19	1.658.917,82
Rendas de Outros Serviços	235.161,96	451.907,03	289.612,55
TOTAL	**6.670.323,67**	**13.079.708,32**	**8.414.349,34**

25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.071.438,63	1.747.740,16	948.163,18
Rendas de Serviços Prioritários - PF	238.253,39	433.690,19	364.745,70
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	200,00	200,00	75,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	2.028.851,90	3.632.520,80	2.542.849,52
TOTAL	**3.338.743,92**	**5.814.151,15**	**3.855.833,40**

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(200.070,00)	(380.835,00)	(218.175,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.132.107,22)	(2.201.046,07)	(1.676.420,28)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.129.007,86)	(3.409.702,72)	(2.194.225,43)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.093.896,93)	(3.773.650,71)	(2.564.583,42)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.012.635,83)	(8.737.747,21)	(5.833.724,83)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(87.858,26)	(102.196,32)	(25.530,04)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(7.094,19)	(7.094,19)	0,00
TOTAL	**(10.662.670,29)**	**(18.612.272,22)**	**(12.512.659,00)**

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	30/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(300.416,40)	(507.467,70)	(375.829,20)
Despesas de Aluguéis	(1.042.544,68)	(1.801.634,48)	(971.488,04)
Despesas de Arrendamento de Bens	0,00	0,00	0,00
Despesas de Comunicações	(207.962,14)	(322.431,50)	(195.545,58)
Despesas de Contribuições Filantrópicas	0,00	0,00	0,00
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(333.564,73)	(496.750,66)	(233.439,43)
Despesas de Material	(183.004,43)	(290.161,78)	(278.584,80)
Despesas de Processamento de Dados	(1.290.192,78)	(2.364.149,13)	(1.570.026,29)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(2.787.403,18)	(3.297.979,21)	(1.051.572,75)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(608.195,29)	(1.111.443,37)	(1.190.206,24)
Despesas de Publicações	(1.860,00)	(4.440,00)	(840,00)
Despesas de Seguros	(187.591,33)	(323.633,24)	(242.063,31)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.594.055,75)	(2.866.823,17)	(1.889.385,31)
Despesas de Serviços de Terceiros	(918.518,51)	(1.317.319,11)	(561.839,74)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(559.572,47)	(967.736,80)	(644.130,01)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(214.844,03)	(427.334,74)	(457.716,03)
Despesas de Transporte	(190.403,24)	(285.666,90)	(156.830,55)
Despesas de Viagem ao Exterior	0,00	0,00	0,00
Despesas de Viagem no País	(389.053,51)	(603.701,43)	(213.386,34)
Despesas de Multas Aplicadas pelo Banco Central	0,00	0,00	0,00
Despesas de Amortização	(18.991,47)	(32.857,05)	(25.903,80)
Despesas de Depreciação	(705.572,20)	(1.102.930,18)	(551.930,25)
Despesas de Emolumentos Cartorários	(53.140,89)	(69.824,10)	(31.091,84)
Despesas de Ações Judiciais	0,00	0,00	0,00
Despesas Rateadas da Central	(938.118,13)	(2.038.062,02)	(2.188.602,37)
Despesas Rateadas do Sicoob Confederação	(118.371,00)	(219.806,64)	(152.709,12)
Despesa de Contribuição a OCE	(4.281,25)	(5.651,25)	(8.400,00)
Despesas do Centro de Serv. Compartilhados - CCS	(96.597,45)	(96.597,45)	0,00
Despesas de Serviços de Tesouraria do Banco Sicoob	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Administrativas	(379.510,94)	(568.889,56)	(346.233,06)
TOTAL	**(13.123.765,80)**	**(21.123.291,47)**	**(13.337.754,06)**

28. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(19.156,63)	(80.890,39)	(60.764,80)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(254.073,06)	(513.280,18)	(343.896,22)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(203.777,74)	(411.143,54)	(275.055,43)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(72.995,75)	(106.692,71)	(44.696,51)
TOTAL	**(550.003,18)**	**(1.112.006,82)**	**(724.412,96)**

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	127.757,48	453.075,76	693.113,03
Distribuição de sobras da central	0,00	2.320,48	6.741,28
Rendas de Repasses Interfinanceiros	150.608,37	210.512,37	102.435,98
Outras rendas operacionais	266.312,37	345.609,24	217.573,84
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	1.631.568,64	2.981.125,51	2.025.321,28
TOTAL	**2.176.246,86**	**3.992.643,36**	**3.045.185,41**

30. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(61.673,84)	(94.651,96)	(46.276,80)
Outras Despesas Operacionais	(194.026,74)	(258.909,97)	(164.628,83)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(324.786,90)	(530.268,96)	(314.306,56)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(65.456,92)	(267.575,66)	(126.742,44)
Perdas por Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Uso	(58.291,65)	(371.561,65)	(435.849,48)
Perdas - Fraudes Externas	(20.773,05)	(54.572,24)	(3.500,00)
Perdas - Demandas Trabalhistas	(30.000,00)	(30.000,00)	0,00
Perdas - Práticas Inadequadas	(4.593,82)	(4.593,82)	(5.494,88)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(2.529,63)	(10.772,46)	(786,00)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(149.631,31)	(498.870,66)	(388.791,26)
TOTAL	**(911.763,86)**	**(2.121.777,38)**	**(1.486.376,25)**

31. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Contingências	**0,00**	**(6.674,61)**	**(58.375,74)**
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	0,00	(6.674,61)	(43.126,26)
Provisões para Contingências	0,00	0,00	(15.249,48)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	**(453.320,18)**	**(1.023.138,09)**	**(85.212,81)**
Provisões para Garantias Prestadas	(1.124.895,62)	(2.043.766,98)	(729.336,37)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	671.575,44	1.020.628,89	644.123,56
TOTAL	**(453.320,18)**	**(1.029.812,70)**	**(143.588,55)**

32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Lucros em Transações c/ Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	0,00	0,00	31.189,42
Ganhos de Capital	12.959,34	28.764,20	11.541,86
Outras Rendas Não Operacionais	5.794,07	7.983,74	2.606,12
(-) Perdas de Capital	(6.052,90)	(6.102,62)	(307,13)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	0,00	0,00	(3.136,69)
TOTAL	**12.700,51**	**30.645,32**	**41.893,58**

33. Resultado Não Recorrent

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

34. Partes Relacionadas: As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

34.1 Pessoal Chave da Administração: As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) **Montante das operações ativas e passivas:** Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	8.572.750,95	0,7756%	106.338,22
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	819.308,08	0,0741%	2.404,00
TOTAL	**9.392.059,03**	**0,8497%**	**108.742,22**
Montante das Operações Passivas	7.828.373,00	1,2833%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022	
Empréstimos e Financiamentos	0,6949%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,1269%
Aplicações Financeiras	1,2833%

b) Operações ativas e passivas:
Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	22.577,94	272,81	0,6127%
Conta Garantida	13.417,09	166,54	0,2050%
Empréstimos	2.998.224,24	39.481,92	1,0535%
Financiamentos	1.607.412,77	16.182,35	0,9523%
Direitos Creditórios Descontados	28.783,09	49,63	0,0433%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.313.550,51	0,6057%	0%
Depósitos a Prazo	2.117.253,84	1,1376%	1,0679%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	3.329.313,60	4,5606%	1,3327%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,4518%	4,22
Empréstimos	1,1590%	22,59
Financiamentos	0,8924%	46,02
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	93,2494%	117,24
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1,2567%	33,86

Conforme a *Política de Crédito do Sistema Sicoob*, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	15.088,16
Direitos Creditórios Descontados	1.162.325,71
Empréstimos	9.401.852,67
Financiamentos	10.636.857,04

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	738.641,08	335.020,68

f) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(369.261,83)	(752.931,12)	(560.730,01)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.132.107,22)	(2.201.046,07)	(1.676.420,28)
F.G.T.S. Diretoria	(91.719,68)	(124.445,44)	0,00
Plano de Saúde	(64.844,25)	(129.048,79)	(40.689,42)

34.2 Cooperativa Central

A SICOOB NORTE MT, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL RONDON, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas. O SICOOB CENTRAL RONDON, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos. Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RONDON a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras. O SICOOB NORTE MT responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RONDON perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL RONDON:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira – nota 4	141.716.077,28	119.752.929,97
Ativo - Investimentos – nota 10	0,00	8.208.313,22
Ativo - Participações de Cooperativas – nota 5	10.710.633,70	0,00
Total das Operações Ativas	**152.426.710,98**	**127.961.243,19**
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses – nota 15	0,00	9.724.027,27
Total de Operações Passivas	**0,00**	**9.724.027,27**

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL RONDON:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos – nota 4	10.476.719,93	17.399.846,13	4.847.898,56
Total das Receitas	**10.476.719,93**	**17.399.846,13**	**4.847.898,56**
Rateio de Despesas da Central	(843.749,32)	(1.342.180,03)	(1.258.320,55)
Total das Despesas	**(843.749,32)**	**(1.342.180,03)**	**(1.258.320,55)**

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	110.938.280,89	65.228.354,20
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	668.483.724,23	433.404.713,06
Índice de Basiléia (mínimo 12%) %	16,60	15,05
Imobilizado para cálculo do limite	12.392.668,00	7.387.706,58
Índice de imobilização (limite 50%) %	11,17	11,32

36. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.
As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição Previdência Privada	(96.617,32)	(179.501,90)	(144.731,31)
TOTAL	**(96.617,32)**	**(179.501,90)**	**(144.731,31)**

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades. A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS. O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).
O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.
A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

37.1 Risco operacional: As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação. As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS. A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

37.2 Risco de Crédito: As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito. Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:
a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha decrédito;
n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.
As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros: As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4. A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua. O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais. O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas. O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:
a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.
O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.
Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).
Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:
a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.
O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:
a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
b) os limites máximos do risco de mercado;
c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
j) resultado dos cenários de estresse.
Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

37.4Risco de Liquidez: As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob. O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais. O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão. O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:
a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
a.1) limite mínimo de liquidez; a.2) fluxo de caixa projetado;
a.3) aplicação de cenários de estresse; a.4) definição de planos de contingência.
b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.
São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático: As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob. O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos. Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob. Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos. Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico. Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:
a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.
As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.
O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

37.6Gerenciamento de Capital: O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos. As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente. O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

37.7Gestão de Continuidade de Negócios: As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:
a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).
O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.
São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.
Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

38.Seguros Contratados – Não Auditado: A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

39.Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021: Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional "IFRS 9 – Instrumentos Financeiros". A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho **de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.**

a) Resumo do Plano de Implementação: Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo deavaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de "DE-PARA" do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicostestados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novosprocessos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

SINOP-MT

KLEBER CANDIDO VARGAS RODRIGUES DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
ELAINE CRISTINA NETO
CONTADORA – CRC/MG 082.177/ O-0

RELATóRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Do Norte De Mato Grosso - Sicoob Norte MT Sinop – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Do Norte De Mato Grosso – **Sicoob Norte MT**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Sicoob Norte MT** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração enão expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 22 de fevereiro de 2023.
Rafael Cavalheri Alexandre - Contador CRC DF-018041/O-2

ASSINADO DIGITALMENTE
RAFAEL CAVALHERI ALEXANDRE
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

CNAC
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa

Rodovia dos Imigrantes é a prioridade

NOVA ROTA DO OESTE. Empresa detalhou as obras que serão realizadas nos próximos 3 anos

FOTO: DIVULGAÇÃO

Bárbara Reis é a nova Miss Universo Mato Grosso

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A retomada das obras na BR-163 por parte da Concessionária Nova Rota do Oeste, após a troca de controle para a MT Par, prevê o endereçamento dos principais pontos críticos da rodovia ao longo dos três primeiros anos de trabalho.

Um deles, a Rodovia dos Imigrantes, entre Cuiabá e Várzea Grande, receberá benfeitorias já a partir de 2023, a exemplo das obras de recuperação iniciadas na última sexta (5), quando foi assinada a ordem de serviço pelo governador Mauro Mendes.

"A Imigrantes é um dos pontos críticos do trecho sob concessão, sabemos perfeitamente disso e certamente ela está entre as nossas prioridades a serem executadas. Já iniciamos de imediato a recuperação do pavimento e o próximo passo é atualizar, com base em estudos técnicos, a melhor solução para garantir a plena fluidez da via", explicou o diretor presidente da Nova Rota do Oeste, Luciano Uchoa.

O estudo ao qual se refere Uchoa já está em curso e tem o objetivo de atualizar os impactos de tráfego no trecho densamente urbano da Imigrantes. "O projeto original já possui mais de 10 anos e carecia de uma atualização. É exatamente o que estamos fazendo. Entregaremos para Várzea Grande um remédio certo para o problema", concluiu.

O cronograma de obras a ser executado pela Nova Rota do Oeste está detalhado no TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) assinado no final de 2022 entre a Concessionária e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que passou a valer com a entrada do Estado de MT no projeto. Nele constam trechos de duplicação, viadutos, entre outras melhorias de sinalização e segurança viária. A Imigrantes é a principal via de acesso para bairros populosos como Capão Grande, Praia Grande e a comunidade turística de Bonsucesso.

Na semana passada, teve início o investimento de R$ 22 milhões em melhorias na rodovia dos Imigrantes. As obras começaram a partir do Trevo do Lagarto, sentido Cuiabá. Os serviços são realizados no período noturno, das 19h às 4h, como forma de diminuir o impacto no fluxo de veículos na região.

REUNIÃO DE TRABALHO

Representantes da Concessionária estiveram na Câmara de Várzea Grande para apresentar os projetos previstos para a rodovia dos Imigrantes (BR-070) e esclarecer dúvidas sobre o que vem pela frente com relação a este trecho.

Na ocasião, as vereadoras por Várzea Grande Rosy Prado e Gisa Barros (ambas do União Brasil) – questionaram sobre a duplicação do trecho de 28 quilômetros da rodovia, que contorna Cuiabá e Várzea Grande, interligando as regiões sul e norte. Foi esclarecido que a duplicação faz parte do projeto, bem como a implantação de viadutos e melhorias.

Às parlamentares foi esclarecido que todas as obras e serviços são determinados pelo contrato de concessão, que é regulado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Qualquer alteração ao que está pactuado também passa pela aprovação da Agência.

EM BARES

Sinop sedia festival de divulgação científica

FOTO: DIVULGAÇÃO

Evento será semana que vem

ASSESSORIA DE IMPRENSA

De 22 a 24 de maio será realizado, em 26 países, o festival Pint of Science. Pela terceira vez, Sinop será uma das sedes deste evento, que busca fazer a divulgação científica de uma forma descontraída em bares.

Nascido em Londres, o festival tem o nome em inglês e faz alusão ao ambiente onde é realizado. Em uma tradução livre, significa uma dose de ciência. A proposta é que cientistas deixem seus laboratórios e gabinetes e falem sobre ciência para a população de uma maneira simples, em um local onde elas estão se divertindo.

Nos 3 dias o evento começa às 19h e ocorre simultaneamente, com programações distintas, no Mestre Cervejeiro e no The Grill. A entrada é gratuita e os participantes pagam o que consumirem nos bares.

A cada noite são realizadas duas apresentações de cientistas que atuam em Sinop nas mais diferentes áreas do conhecimento. Após uma explanação de 30 minutos, é aberto um grande espaço para interação com o público, que pode tirar suas dúvidas sobre o tema. Neste ano a programação em Sinop terá apresentações sobre aquecimento global, microbiologia, demografia, ciência de base para desenvolvimento de tratamento para malária, uso de satélites, risco da exposição às telas para a saúde da visão, hipnose como técnica terapêutica, entre outros. A programação completa está disponível no site https://pintofscience.com.br/events/sinop.

Participam como apresentadores do Pint of Science em Sinop cientistas da Embrapa Agrossilvipastoril, da Universidade Federal de Mato Grosso, da Universidade Estadual de Mato Grosso, da Fastech e da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Seciteci).

SERRA DE SÃO VICENTE

Motorista de caminhão morreu por causa de facadas antes de acidente

DA REPORTAGEM

O motorista do caminhão envolvido em um acidente com outros 4 veículos morreu na quarta (17) por causa de nove facadas que sofreu antes de trafegar pela Serra de São Vicente, em Santo Antônio do Leverger. É o que aponta a análise pericial feita pela Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec). A vítima foi identificada como Edivaldo Francisco Junior, 38 anos.

O motorista seguia sentido norte quando bateu na lateral da segunda carreta, que, por sua vez, atingiu a caminhonete, o que provocou um capotamento na pista. A segunda ainda colidiu com a terceira carreta.

Os ferimentos aconteceram durante uma discussão com outro condutor antes dele seguir viagem pela Serra de São Vicente, onde ocorreu o acidente. Conforme a Politec, a batida foi ocasionada por causa do motorista do primeiro caminhão, que estava ferido enquanto dirigia o veículo.

A causa da morte do motorista foi em decorrência das nove facadas que atingiram o coração, estômago e o braço direito, segundo a perícia. A equipe de resgate da Nova Rota do Oeste esteve no local e prestou atendimento aos envolvidos. Uma pessoa foi encaminhada em estado leve para o Hospital Municipal de Cuiabá (HMC) e os demais ocupantes dos veículos saíram ilesos e assinaram termo de recusa de encaminhamento médico. A pista foi totalmente liberada às 17h, segundo a Nova Rota.

FOTO: DIVULGAÇÃO

O acidente aconteceu porque motorista estava ferido enquanto dirigia caminhão

Mães relatam a importância do leite humano no crescimento saudável dos bebês

AMAMENTAÇÃO. Grupo de mulheres compartilharam experiência durante o lançamento da II Semana Mato-grossense de Doação de Leite Humano

ASSESSORIA DE IMPRENSA

FOTO: FERNANDA NAZÁRIO

Anna Lauren Bennett e sua filha Alice Bennet, de 1 ano, que se alimenta de leite materno e alimentos complementares

A Secretaria Estadual de Saúde, em parceria com diversas instituições, lançou na terça (16) a II Semana Mato-grossense de Doação de Leite Humano. Durante a abertura do evento, mães relataram os desafios da amamentação e a importância da doação de leite humano para a saúde dos bebês hospitalizados nas UTI neonatais. Vale lembrar que nesta sexta-feira (19) é comemorado o Dia Nacional de Doação de Leite Humano.

Josemara Lima é mãe da Sophia Lima, de cinco anos. Ela conta que a amamentação nem sempre foi fácil, já que os primeiros dias foram dolorosos em razão da pega incorreta da sua bebê e feridas no seio. No entanto, sua história mudou ao buscar socorro em um dos bancos de leite humano da Capital, que funciona sob a coordenação da SES.

"A equipe do banco de leite me ajudou e fez com que eu conseguisse passar dessa dificuldade inicial da amamentação para amamentar minha filha até os três anos. Esse auxílio fez total diferença na minha vida, porque contei com um olhar de acolhimento e pude lidar com meus medos e inseguranças. Aprendi todo o manejo para uma alimentação adequada da minha filha. Melhorei com a pega, o posicionamento do bebê e já não sentia mais dor", relata a mãe.

A partir dessa experiência, Josemara decidiu compartilhar sua vivência com outras mães e, em 2021, fundou o Grupo de Apoio Supermães, que hoje tem 200 voluntárias. "Todo meu drama inicial e sucesso na amamentação me inspirou a ajudar outras mulheres e criamos o grupo no sentido de ajudar as mães que passam por essa dificuldade", diz Josemara.

Além de ver sua vida melhorar a partir da amamentação com uma pega correta, Josemara também percebeu que o leite materno fortalecia ainda mais Sophia, que dificilmente teve viroses, como resfriados e diarreias. "Nos dois primeiros meses, ela teve um quadro de diarreia e nunca teve casos virais graves. Quando ela tinha algum tipo de resfriado, o próprio leite materno fazia a defesa dela, então eu não precisava entrar com medicamento. Minha filha desenvolveu, cresceu e ganhou peso", celebra Josemara.

O nutricionista e integrante da equipe de Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável da SES, Rodrigo Carvalho, ressalta que os benefícios do leite humano na vida da Sophia são cientificamente comprovados. Ele informa que as melhorias são comuns entre as crianças que se alimentam de leite materno nas primeiras horas de vida, mantendo-se de forma exclusiva por seis meses e complementado com outros alimentos até os dois anos de idade ou mais.

"Entre os bons resultados, está a prevenção de anemias, o fortalecimento do sistema imunológico, a redução da chance de desenvolver obesidade e a contribuição para o desenvolvimento cognitivo dos bebês", pontua o gestor.

O crescimento saudável também é percebido nas filhas de Anna Lauren Bennett, as pequenas Emilly Bennett, de quatro anos, que mamou leite materno até os três anos, e Alice Bennet, de um ano, que se alimenta de leite materno e alimentos complementares. Diferente de Josemara, Lauren teve uma amamentação mais tranquila, mas nem por isso ela deixou de auxiliar as outras mães que precisam de apoio.

"Penso que tenho muita sorte porque depois de conhecer tantas mães com problemas descobri que a amamentação é diferente para cada mulher. Eu achava que era natural e fácil, mas a gente percebe que não é fácil e precisamos sempre de uma rede de apoio", entende Anna.

Anna já doou leite materno diversas vezes e precisou parar, mas hoje (19) vai visitar o banco de leite do Hospital Femina para receber orientações se pode voltar a doar. "Eu reduzi o número de mamadas da minha filha e, consequentemente, meu leite também reduziu, então eu preciso ver se essa quantidade que tenho é suficiente para meu bebê e para doação, nem que seja um pouco, porque a doação ajuda a salvar muitos prematuros das UTI", compreende a mãe.